



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
CAMPUS VIII- PAULO AFONSO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- DEDC  
CURSO BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

MANUELA BEZERRA MARIANO

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SERRA DO  
ESPINHAÇO SETENTRIONAL, BOQUIRA, BA.

Paulo afonso  
Dezembro/ 2024

MANUELA BEZERRA MARIANO

**RELATO DE EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SERRA DO  
ESPINHAÇO SETENTRIONAL, BOQUIRA, BA.**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como requisito para a obtenção do Título de Bacharel(a) em Arqueologia.

Área de Concentração: Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural e Arqueologia.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristiana de Cerqueira Silva Santana

Co- orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Fátima Cristina da Silva Oliveira

Paulo Afonso  
Dezembro/ 2024

MANUELA BEZERRA MARIANO

**RELATO DE EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SERRA DO  
ESPINHAÇO SETENTRIONAL, BOQUIRA, BA.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de "Bacharela em Arqueologia" e aprovado em sua forma final pelo Curso Bacharelado em Arqueologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Paulo Afonso (BA), 13 de dezembro de 2024.



---

Prof.ª, Dra. Jéssica Rafaella de Oliveira

**Coordenadora do Curso**

**Banca Examinadora:**



**Orientadora:** Prof.ª , Dra. Cristiana de Cerqueira Silva Santana

**Universidade do Estado da Bahia**



---

**Co-orientadora:** Prof.ª Ma. Fátima Cristina da Silva Oliveira



## ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 13 dias do mês de dezembro do ano de 2024, excepcionalmente na modalidade online pela plataforma Microsoft Teams, às 16:40 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos membros: Profa. Dra. Cristiana de Cerqueira Silva Santana, orientadora; Ma. Fátima Cristina da Silva Oliveira, examinadora 1; Profa. Dra. Jéssica Rafaella de Oliveira, examinadora 2. Em seguida, dando início ao evento, a professora Profa. Dra. Cristiana de Cerqueira Silva Santana convocou a aluna Manuela Bezerra Mariano para apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: Relato de Experiência em Educação Patrimonial na Serra do Espinhaço Setentrional, Boquira BA, com o tempo de 20 minutos para explanação e 60 minutos para arguição da banca examinadora tendo cada participante o tempo de 20 minutos. Após esse período, a Presidenta da banca examinadora, solicitou a saída da aluna e demais presentes para o fechamento da nota com os outros membros da banca. Em recinto fechado, a banca examinadora aprovou o Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Manuela Bezerra Mariano atribuindo nota 9,0 (nove) a referida aluna, conferindo-lhe parcialmente o grau de Bacharela em Arqueologia, tendo a mesma o prazo de 30 (trinta) dias a contar com a data de apresentação para efetuar as considerações sugeridas pela banca e desde que aprovada pela orientadora, deverá entregar ao Colegiado de Arqueologia 01 (uma) cópia do TCC em capa dura na cor azul e um arquivo da versão final do referido TCC em formato de pdf enviado ao e-mail institucional do referido Colegiado, desde que tenha o aval da respectiva orientadora. O não cumprimento deste prazo impedirá a colação de grau da mesma. Não havendo mais nada a tratar, a Presidenta da banca finalizou a sessão. Eu, Ana Claudia Mota servindo como secretária "ad doc" lavrei a seguinte ata que depois de lida e se aprovada será assinada pela banca examinadora, a aluna e demais presentes.

Paulo Afonso, 13 de dezembro de 2024.

Profa. Dra. Cristiana de Cerqueira Silva Santana - orientadora

Ma. Fátima Cristina da Silva Oliveira - examinadora 1

Profa. Dra. Jéssica Rafaella de Oliveira – examinadora 2

Dedico este trabalho a toda minha família (em especial a meus pais) e amigos.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a espiritualidade, a força superior que me guia, a mãe divina e ao pai celestial por me instruir e me ajudarem em todas as minhas escolhas e caminhos, por terem me dando força e saúde permitindo-me alcançar a graça de vencer essa jornada da graduação.

A todos os professores e professoras que passaram por este curso, agradeço a Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cristiana de Cerqueira Silva Santana por aceitar ser minha orientadora e em especial a Prof<sup>ª</sup>. Ma. Fátima Cristina da Silva Oliveira pelo compromisso e dedicação ao curso, pela co-orientação e desenvolvimento das Pesquisas na Serra do Espinhaço Setentrional, possibilitando a existência deste trabalho, da qual foi coordenadora do projeto de extensão na área de Educação Patrimonial, tema chave deste trabalho de conclusão de curso. Conjuntamente agradeço a Jeferson Oliveira que participou ativamente da EP sendo monitor junto comigo e contribuindo sempre com muito interesse, foco e responsabilidade.

Agradeço a toda turma do curso de Bacharelado em Arqueologia, por cada dia vivido, por cada experiência e troca de conhecimento compartilhada, aos debates que sempre me cativaram e me envolviam quando discutíamos sobre as teorias que envolvem o “universo arqueológico” dessa maravilhosa ciência humana, que me levou a um grau profundo de entendimento de minha existência.

Com muito carinho, agradeço à minha família, especialmente à minha mãe Zilma e ao meu pai Manoel (Carlos). Meu sincero agradecimento também vai para minha família do coração: Nilma, Yasmim, Luiza, e ao meu namorado João. Sou grato a todos por estarem sempre ao meu lado, apoiando minhas escolhas, incentivando meus estudos, celebrando cada conquista e me aconselhando nos momentos necessários.

Aos amigos e amigas que encontrei na faculdade, em especial a Marivânia, funcionária da instituição, que sempre de forma carinhosa perguntava como estávamos e gentilmente nos convidava para lanche, tomar um café ou por vezes dividir um almoço.

Agradeço a Universidade do Estado da Bahia e a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente com a minha formação acadêmica.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado “Relato de Experiência em Educação Patrimonial na Serra do Espinhaço Setentrional, Boquira (BA)” expõe dados e resultados do projeto de extensão “Educação Patrimonial e Ambiental na Serra do Espinhaço Setentrional - Boquira BA” realizado em 2023 com suporte financeiro da Universidade do Estado da Bahia, UNEB Campus VIII. O projeto em epígrafe foi um desdobramento do programa de Pesquisas Arqueológicas no Espinhaço Setentrional, cujo objetivo foram as escavações arqueológicas no município de Boquira BA. O projeto de extensão “Educação Patrimonial e Ambiental na Serra do Espinhaço Setentrional - Boquira BA” teve como finalidade a realização da etapa de educação patrimonial exigida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo sido realizada na Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa, em Buriti/Nova Aparecida, zona rural de Boquira BA. Este trabalho de conclusão de curso discorre sobre as intervenções realizadas na unidade escolar supracitada, assim como na análise da percepção dos educandos sobre o patrimônio arqueológico local.

**Palavras- chave:** Educação Patrimonial - Patrimônio Cultural - Arqueologia.

## **ABSTRACT**

This course completion work entitled “Report on Experience in Heritage Education in Serra do Espinhaço Setentrional, Boquira (BA)” exposes data and results from the extension project “Heritage and Environmental Education in Serra do Espinhaço Setentrional - Boquira BA” carried out in 2023 with financial support from the State University of Bahia, UNEB Campus VIII. The aforementioned project was an offshoot of the Archaeological Research program in Espinhaço Setentrional, whose objective was archaeological excavations in the municipality of Boquira BA. The extension project “Patrimonial and Environmental Education in Serra do Espinhaço Setentrional - Boquira BA” aimed to carry out the heritage education stage required by the National Historical and Artistic Heritage Institute, having been carried out at the Olavo Figueiredo Costa Municipal School, in Buriti/ Nova Aparecida, rural area of Boquira BA. This course conclusion work discusses the interventions carried out in the aforementioned school unit, as well as the analysis of students' perception of the local archaeological heritage.

**Keywords:** Heritage Education - Cultural Heritage - Archeology.

## LISTAS DE SIGLAS

EP	Educação Patrimonial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
PIB	Produto Interno Bruto
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PROIEX	Programa de Iniciação à Extensão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - PANORAMA DO MUNICÍPIO DE BOQUIRA-BA.....</b>	<b>13</b>
1.1 Contexto arqueológico e etno-histórico de Boquira - BA.....	14
1.2 Local de execução.....	15
<b>CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS.....</b>	<b>18</b>
2.1 Educação Patrimonial: Aspectos jurídicos.....	26
2.2 Educação Patrimonial: Um breve levantamento de dados em currículos escolares.....	30
<b>CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA: PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EDUCATIVAS..</b>	<b>36</b>
<b>4. RESULTADOS: IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS.....</b>	<b>42</b>
4.1.1. Visita ao sítio arqueológico Loca do Caldeirão.....	42
4.1.2. Criação do painel rupestre com tinta guache.....	45
4.1.3. Jogo da Memória.....	47
4.1.4. Dança em grupo - ciranda “arqueológica”.....	49
4.1.5. Jogo do Quebra Cabeça.....	50
4.1.7. Item antigo.....	52
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>55</b>
<b>6. CONSIDERAÇÃO FINAL.....</b>	<b>60</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>62</b>
<b>8. ANEXOS.....</b>	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata as atividades de Educação Patrimonial (EP) realizadas na zona rural de Boquira (BA), mais especificamente na comunidade de Buriti/Nova Aparecida, fruto do projeto de extensão “Educação Patrimonial e Ambiental na Serra do Espinhaço Setentrional - Boquira BA”, vinculado a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus VIII - Paulo Afonso.

A pesquisa demonstra aspectos importantes acerca da discussão sobre o patrimônio arqueológico boquirense, buscando por meio das atividades lúdicas compreender que tipo de percepção os educandos da comunidade de Buriti/Nova Aparecida têm sobre esses bens. Dada a excelente recepção do projeto por parte da comunidade da Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa, assim como a participação ativa e massiva dos educandos, acreditamos que o trabalho realizado impactou de forma positiva a relação com o patrimônio cultural arqueológico da região, fomentando a conservação destes bens e auxiliando na manutenção da auto percepção dos atores sociais envolvidos enquanto sujeitos ativos e formadores de cultura.

O capítulo I - *Panorama do Município de Boquira - BA*, faz uma contextualização sobre a região, trazendo informações sobre índice demográfico, economia e educação, com base nas consultas aos dados do IBGE. Mostra por meio de mapas a localização do município, junto a outros nove que compõem o território de identidade Bacia do Paramirim. Traz também dados do relatório Perfil do Território e Identidade, rico patrimônio histórico imaterial oriundo dos remanescentes de quilombos inseridos no seio da localidade, assim como o patrimônio arqueológico, apontando também um pouco da historiografia narrada por moradores da comunidade, que contribui para a compreensão do contexto estudado.

Já no capítulo II - *Educação Patrimonial: aspectos históricos*, foi realizada uma análise crítica da origem do termo “Educação Patrimonial” no Brasil, e sua ação enquanto prática, que teve suas primeiras atividades realizadas em espaços museais, posteriormente perpassando para universidades, empresas e espaços escolares; além de abordar conceitos sobre o Patrimônio Cultural que, até meados do século XX tinham-se noções ainda muito fechadas para interpretações coletivas, ficando no período, sob domínio da elite intelectual do país. O capítulo demonstra a

necessidade atual de enfatizar as narrativas populares acerca de suas próprias referências culturais, principalmente quando se observa a multiplicidade cultural existente no território brasileiro, e aponta para uma lógica mais contemporânea e dinâmica dos saberes não restritos apenas à comunidade acadêmica. O tópico *2.1 Educação Patrimonial: Aspectos Jurídicos*, aponta para os dispositivos jurídicos relativos à gestão do patrimônio cultural e arqueológico brasileiro à exemplo, o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que desde 1937, (ano em que foi fundado) vem elaborando instruções normativas e propostas para as ações educativas, no intuito de estabelecer veículos de valorização e proteção do patrimônio cultural. O tópico *2.2 Educação Patrimonial: Um Breve Levantamento de Dados em Currículos Escolares*, aponta para atuação do IPHAN junto ao MinC (Ministério da Cultura) e ao MEC (Ministério da Educação), que insere a EP nos currículos escolares, abordando aspectos como: fundamentos, aplicação prática e conteúdos, a partir de um documento elaborado no Encontro Nacional de Educação Patrimonial em Sergipe, que comporta-se com base de apoio às EP's nas escolas, nos quais os três pontos elencados ajudam e orientam na condução do tema.

No capítulo III - "*Educação Patrimonial: Planejamento e Prática das Ações Educativas*", detalhamos o processo de elaboração que antecedeu a prática na Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa. Este processo incluiu desde a consulta ao CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) até a seleção dos registros rupestres do sítio Loca do Caldeirão para a produção de jogos temáticos, como quebra-cabeças e a construção do Painel Rupestre com tinta guache. Também aborda o desenvolvimento das ações ao longo dos quatro dias de palestras e oficinas, bem como a visita ao Sítio Arqueológico Loca do Caldeirão, realizada através da mediação escolar, mas que também estava previsto dentro do cronograma de ações dentro do projeto de extensão "Educação Patrimonial e Ambiental na Serra do Espinhaço Setentrional - Boquira BA".

## **CAPÍTULO 1 - PANORAMA DO MUNICÍPIO DE BOQUIRA-BA**

Segundo o IBGE, no censo de 2022 para o município de Boquira, a população estimada é de 19.322 habitantes, com um índice de densidade demográfica de 13,55 moradores por km<sup>2</sup>. Com uma taxa de escolarização de mais de 98% para crianças entre 6 e 14 anos, Boquira ocupa a 22<sup>a</sup> posição no ranking do estado da Bahia. No ano de 2023, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para os primeiros anos do ensino fundamental na rede pública era 5,3 e para os anos finais 4,5. Comparando com outros municípios do estado, as posições eram 97<sup>a</sup> e 69<sup>a</sup> de 417, nesta ordem.

Sobre a economia em 2021, o PIB per capita era de R\$8.800,66, posicionando o município em 346<sup>o</sup> lugar entre 417 no estado e 5276<sup>o</sup> entre 5570 no país. Em 2023, 92,06% das receitas eram externas, classificando-o em 215<sup>o</sup> lugar no estado e 1368<sup>o</sup> no Brasil. O total de receitas realizadas em 2023 foi de R\$ 85.175.016,21 (x1000) e as despesas empenhadas somaram R\$ 84.698.668,52 (x1000), situando o município nas posições 202 e 195 no estado e 2210 e 2101 no país, respectivamente.

Os resultados acima mostram que a situação educacional e econômica de Boquira (BA) apresenta-se relativamente boa em comparação com o estado e ao país, que neste sentido afeta diretamente as políticas públicas/educacionais ofertadas ao município.

Em 2009, a Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia, elaborou o relatório “Perfil do Território e Identidade” que informou que na Bacia do Paramirim existem poucos pontos de cultura: a Associação Senzala e Capoeira, localizado em Boquira; a Fundação Assistencial e o Museu Regional de Macaúbas. Esses municípios representavam, juntos, 20,4% da população analfabeta do estado da Bahia; vale ressaltar que 34,5% da população da Bacia do Paramirim é analfabeta. As informações do relatório indicam a necessidade urgente de criar espaços de fomento cultural no município de Boquira, que ocupa o 146<sup>o</sup> lugar no ranking de IDH do estado da Bahia e o 3962<sup>o</sup> lugar no ranking nacional (OLIVEIRA, SANTOS & MARIANO, 2023).

Os dados obtidos no relatório “Perfil dos Territórios e Identidade” aponta para os aspectos culturais de ocupação do Território de Identidade Bacia do Paramirim, da qual Boquira faz parte; que a mesma se constitui da atividade de criação de gado

bovino, tendo influenciado economicamente o Vale do São Francisco e Sudoeste da Bahia. Há também a relevante presença da atividade minerária, que iniciou sua atuação em meados do século XVIII nas terras que eram, originalmente, ocupadas por indígenas das etnias Tuxá e Tupinaés. Com o tempo, o desmembramento do território de Paramirim levou à formação de vários outros municípios na região. Existe também um rico patrimônio imaterial decorrente da presença de comunidades tradicionais, especialmente remanescentes de quilombolas, dos quais três estão presentes atualmente em Boquira: Buriti, São Bernardo e Riacho dos Novatos (SEI/BA, 2015).

## **1.1 Contexto arqueológico e etno-histórico de Boquira - BA**

Os sítios arqueológicos estão presentes em vários municípios na região onde a Serra do Espinhaço encontra o Vale do Paramirim. Em Boquira, apesar de ser uma única cadeia de montanhas (Formação Geológica Boquira, parte Setentrional da Serra do Espinhaço), as serras que cercam o município foram nomeadas de forma distinta pela população local. Esses nomes serão usados neste documento, em respeito à historiografia local (OLIVEIRA, SANTOS & MARIANO, 2023).

De acordo com a tradição oral preservada pelos moradores da Serra do Caldeirão, há muito tempo existia um local no coração da Bahia, antes mesmo de receber esse nome, onde a água jorrava em todas as “locas” (termo usado pelos moradores para se referir ao sítio arqueológico de abrigo sob rocha) e vales. Esse local era povoado pelos “índios brabos”, que o chamavam de Boquira. Na língua deles, "boquira" significava broto d'água (OLIVEIRA, 2018).

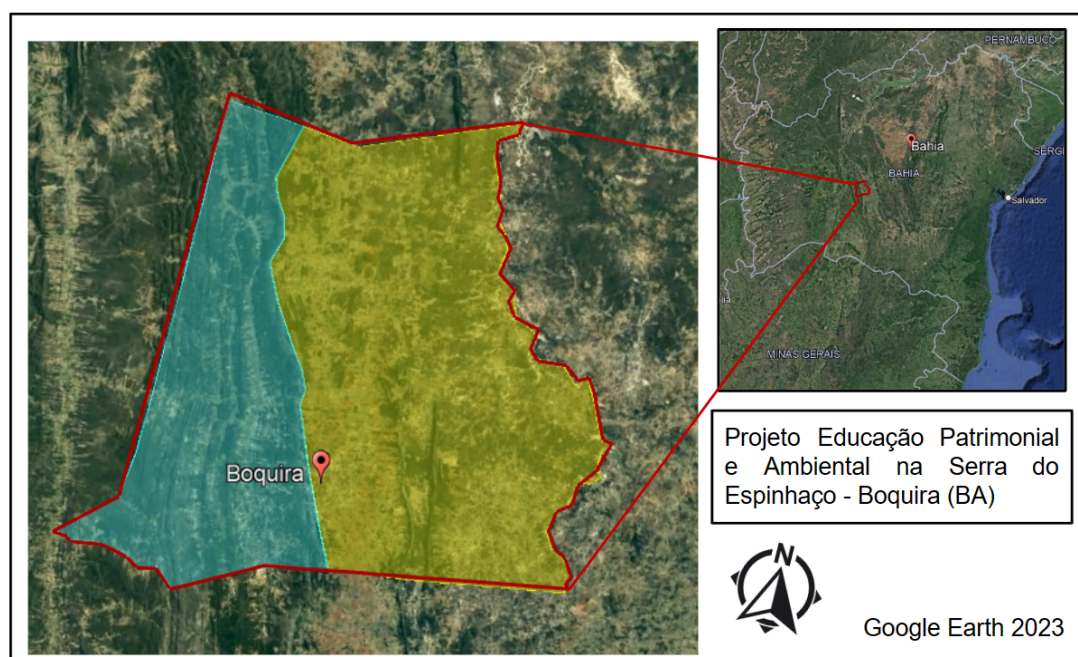
No meio desses novos ajustes os ‘índios brabos’, arredios por natureza, que não se adaptaram à nova configuração socioespacial do Caldeirão, foram pouco a pouco fugindo, sendo expulsos e vendo suas mulheres e crianças sendo raptadas. A lenda que sobrevive nas narrativas populares diz que, indignados com a situação à qual estavam agora submetidos, os índios do Caldeirão decidiram ir embora para sempre daquele lugar, que outrora fora o lar onde viviam em harmonia com a natureza; mas não sem antes arquitetar um plano de vingança: fechar o olho d'água. Os moradores mais antigos do Caldeirão afirmam veementemente que os prolongados períodos de seca pelos quais a região sofreu, e ainda sofre, é resultado da vingança dos ‘índios brabos’ que, num ato de fúria, aterraram a nascente e colocaram pedras enormes em cima, para que ninguém descobrisse onde a preciosa água brotava (OLIVEIRA, pág. 22, 2018).

A Serra do Caldeirão exerce uma influência significativa na vida dos moradores. Isso é evidente nas narrativas compartilhadas pela comunidade, que relatam a passagem dos povos indígenas que habitaram o local no passado e suas contribuições para as histórias que perduram até hoje. Essas narrativas demonstram a presença inegável de grupos étnicos na região, que deixaram seus registros tanto através da oralidade quanto dos vestígios arqueológicos.

## 1.2 Local de execução

As ações de EP foram realizadas na área correspondente ao município de Boquira, Bahia, localizado na mesorregião do Centro-Sul baiano, abrangendo o Complexo Arqueológico Boquira (Figura 01). O município possui grande relevância, tanto do ponto de vista geognóstico quanto pela riqueza da fauna e flora, conforme Gontijo (2008). Seus aspectos geológicos, minerários e arqueológicos são particularmente notáveis, incluindo elementos tecnológicos (como indústrias líticas e cerâmicas) e simbólicos (como pinturas rupestres), resultado da ocupação humana no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, SANTOS & MARIANO, 2023).

**Figura 01:** Localização do município Boquira, Bahia.



Fonte: OLIVEIRA *et. al*, Adaptado do Google Earth, 2023.

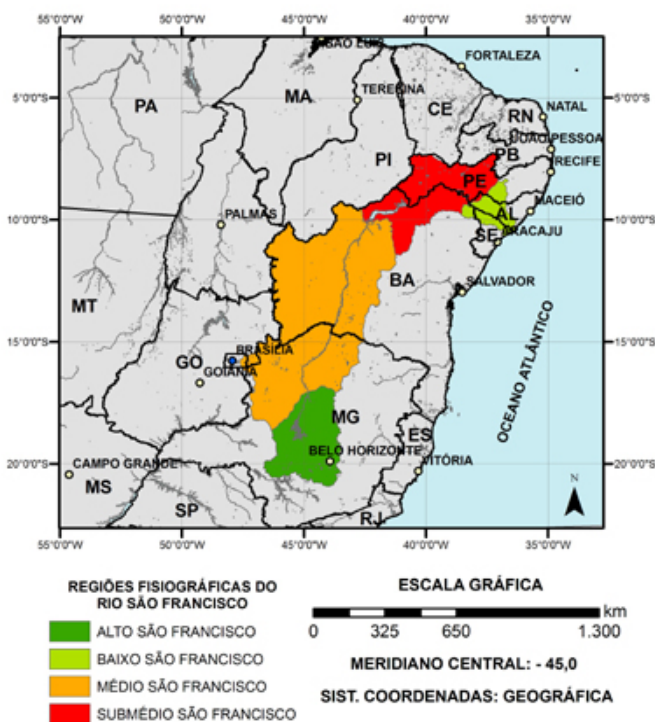
Em relação ao ambiente, o bioma predominante é a Floresta Tropical Sazonal Seca, com predominância de vegetação arbustiva de caatinga. Existem pontos de

transição entre cerrado-caatinga e campos rupestres. A região enfrenta uma longa estação seca, de março a outubro, e uma curta estação chuvosa, de novembro a fevereiro, conhecidas popularmente como Período da Seca e Período das Águas, respectivamente (OLIVEIRA, 2018).

Boquira possui duas principais unidades geomorfológicas que formam paisagens estonteantes: a Serra do Espinhaço Setentrional na porção oeste, com elevações de até 1.200 metros de altitude, vastamente impactada por atividades de extração de rochas ornamentais e minério de chumbo; e o Vale do Rio Paramirim na porção leste, com recorrente extração ilegal de areia em seu leito nos períodos de seca. Em ambas as unidades ocorrem remanescentes antrópicos pré-históricos; atualmente existem 38 sítios arqueológicos de natureza pré-histórica inseridos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA IPHAN, dos quais boa parte encontra-se alterada por intervenções humanas recentes (descarte de lixo, atividades recreativas, pichações, etc) ou impactada por atividades das empresas mineradoras, devido à abundância de quartzo, granito e minério de ferro na região (OLIVEIRA, pág. 23, 2018).

Localizado na Bacia do Médio Rio São Francisco, especificamente na sub-bacia do Rio Paramirim, que abrange toda a porção oeste da Bahia (de Pirapora-MG a Remanso-BA, totalizando 322.140 km<sup>2</sup>), esta região é a maior das quatro subdivisões da Bacia do São Francisco (alto, médio, submédio e baixo).

Figura 2: Subdivisões- Bacia do São Francisco.

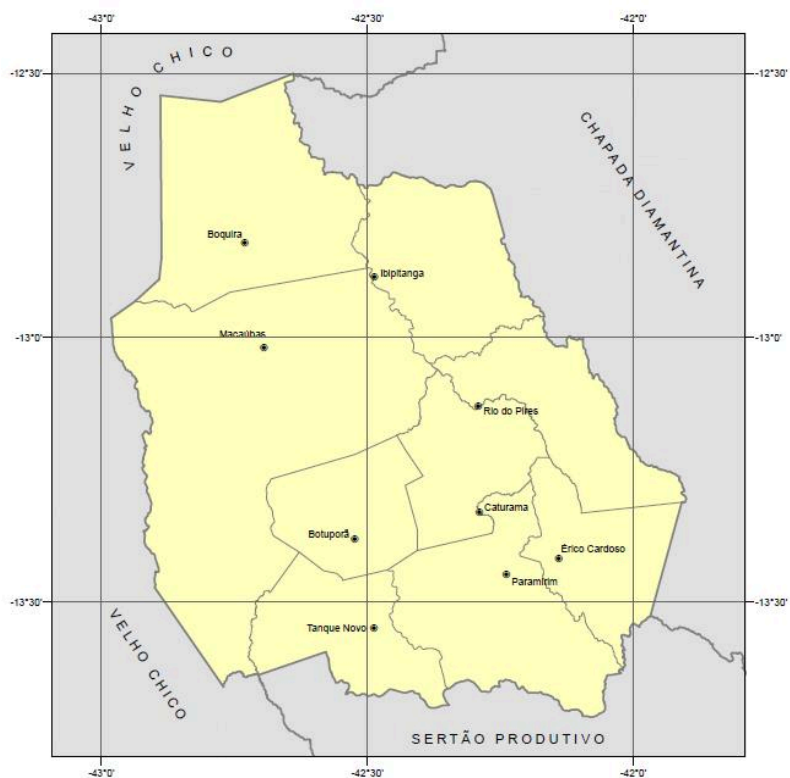


Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2024.

O município de Boquira faz parte da sub-bacia Hidrográfica do Rio Paramirim, junto com Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio

do Pires e Tanque Novo. Esta sub-bacia possui canais em grande parte intermitentes, com grandes cheias durante a estação chuvosa e escassez de água superficial na estação seca (OLIVEIRA, 2018).

Figura 3: Bacia do Rio Paramirim- BA



Fonte: SEI/SEPLAN, 2012.

## CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS

No que rememora Matos (2017), o termo Educação Patrimonial foi trazido de fora do país e traduzido do inglês britânico por Maria de Lourdes Parreiras Horta “*Heritage Education*”, chegando no Brasil em um período de grandes discussões acerca da precisão de debates mais profundos dentro da temática do Patrimônio Histórico-Cultural e sua preservação. Partindo da demanda de diálogos intensos sobre o ponto em questão e sua conservação, intelectuais do período inseriram a nomenclatura nas ações já existentes que ocorriam timidamente no país e para um público específico, estando a elite daquele período no domínio dos debates e na acessibilidade às práticas culturais.

Para Tolentino (2016), a Educação Patrimonial desponta no nosso país primeiramente antes da criação da expressão da palavra, na linha cronológica dos anos de 1980. Bezerra e Silveira (2007), Maltêz *et.al* (2010), Wichers (2015), Tolentino (2016) *apud* Chagas (2013) apontam que o estabelecimento de um ponto inicial para a educação patrimonial teria o ano e o local, sendo em Petrópolis - RJ, em 1983.

Na verdade, quando faz isso, está se referindo à realização do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, promovido pelo Museu Imperial, a partir do qual se introduziu a expressão educação patrimonial no Brasil, inspirada numa metodologia britânica de *heritage education*. O autor esclarece que a relação entre educação e patrimônio está presente nos museus desde longa data, vindo desde práticas museológicas do século XIX e do serviço educativo do Museu Nacional, instituído formalmente em 1926, por exemplo (TOLENTINO; 2016, p.41).

A contribuição dos museus foi relevante nesta premissa, dando o “pontapé” inicial na promoção e valorização dos bens culturais, abrindo espaço para palavrear sobre patrimônio, educação e sua práxis.

Para Amarante (2016), presumia-se que a colaboração dos museus de arqueologia foi indispensável para o avanço da EP, pois os mesmos tornaram-se sedes de execução e disseminação de atividades criativas de proximidade para com as pessoas. Que neste caminhar levantaram as discussões teóricas, buscando entender as reflexões norteadoras “das práticas educativas e expositivas tanto trazidas de fora do país como as construídas internamente, principalmente as práticas com fundamentação em Paulo Freire” (AMARANTE, 2016).

Segundo Baima (2016) e Campus *et.al* (2018), a EP foi constituída no nosso país no final do século 20 e, desde então, tem passado por uma série de mudanças. Campus *et. al* (2018) defende que foram realizadas numerosas ações que gradativamente possibilitaram a perceptibilidade social dos bens culturais. Perpassando os espaços museais, seu local de origem, ampliando a aplicação de ações educativas em universidades, empresas, oportunizando outras formas de enxergar e vivenciar o patrimônio do território.

Com a expansão das práticas educativas para além dos espaços museais como foi em sua trajetória preliminar, a temática foi se atualizando sobre a renovação de pensamentos inerentes ao patrimônio cultural, tendo interpretações mais abrangentes sobre os bens culturais coletivos.

Para Baima (2016), é a partir dessa maturação do seu campo teórico e prático que a Educação Patrimonial dá mais um passo na sua construção epistemológica, no qual pesquisadores que se desenvolveram neste recorte de estudo começaram a observar que as noções de pertencimento, memória e identidade vão além da cultura material já consagradas por especialistas da área da museologia.

É interessante fazer uma análise crítica pois, depois que foram introduzidas outras noções de conhecimentos voltadas para as múltiplas dimensões sociais, foi possível captar características sobre os bens culturais que antes não tinham espaço para serem perceptíveis.

Nas duas últimas décadas do século XX, a educação patrimonial cresceu como uma importante dimensão da formação dos cidadãos na democracia moderna, uma vez que estimula o fortalecimento da consciência do caráter público do patrimônio e a identificação e manutenção dos laços de memória com significantes coletivos portadores das memórias sociais dos diferentes grupos que compõem a sociedade (CERQUEIRA, 2005, p.10).

Na concepção de Tolentino (2016), tornou-se um apse denominar a EP como um critério metodológico e declarar que a própria é um utensílio para “alfabetização cultural”, sendo essas máximas questões herdadas do clássico *Guia Básico de Educação Patrimonial*, escrito por Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro. Sem um olhar minucioso, incontáveis projetos e publicações acadêmicas desfrutam deste Guia Básico, que desloca a conceituação de alfabetização cultural movida pelos trabalhos de Paulo Freire, porém sem realizar as necessárias reflexões no campo da EP. O autor traz

contribuições relevantes acerca do tema, levando a direcionamentos que são importantes para se pensar EP na contemporaneidade. Como por exemplo aos termos utilizados como “metodologia” e “instrumento de alfabetização cultural” que são basicamente considerados um escopo para os processos educativos.

É necessário refletir sobre essa construção de narrativas, nas quais deve ser levada em conta a periodização em que foi pensada e planejada para aplicabilidade à época (as quais na atualidade já se encontram defasadas); as discussões atualizadas sobre o tema precisam ter sentidos que abarque conhecimentos diversos, variando de acordo com o conteúdo cultural de cada local aplicado.

Para Horta (1999) “a EP é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”.

Na perspectiva de Carneiro (2014), a “alfabetização cultural”, esta aptidão utilizada enquanto recurso metodológico, constrói fronteiras dentro da meta educacional, “ao propor o início do processo de aprendizado sem apresentar a indicação de continuidade e/ou aprofundamento” (CARNEIRO, 2014). Neste sentido é necessária uma sucessão de ações que quebrem as limitações existentes e que encaminhe aos procedimentos perduráveis e persistentes. Sob este olhar, no que tange ao conceito, é como se a expressão “alfabetização cultural” enquanto estratégia, criasse uma barreira que inibe a fundição de saberes já que tem de ser realizada dentro do curto prazo dos ambientes educacionais.

O termo “metodologia”, solidificado e utilizado como instrumento de apoio interligada no âmago das ações educativas por vezes pode gerar debates entre autores contemporâneos, como o caso da autora Florêncio (2019), que afirma que EP não é uma ferramenta metodológica, ao contrário, a mesma deve aferir-se de outros meios que já existe dentro dos espaços e é utilizada pelos agentes do território, os quais já têm uma visão própria de sua realidade.

Como afirma a autora em suas entrelinhas, a mesma não atua de forma estática, como se a comunidade não fosse produtora de saberes e não conhecesse nenhuma referência cultural dentro da sua conjuntura de compreensões. Sendo de suma importância a participação da comunidade em todo processo de elaboração, efetivação e execução das tarefas planejadas.

Grunberg (2007), em seu “Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial”, procura trazer a elaboração de atividades que possam ser realizadas com o público variado - adultos, jovens e crianças - que estão inseridos ou não na rede de ensino formal, buscando motivar por meio desse contato com essas pessoas, uma postura positiva para com os bens culturais que fazem parte do patrimônio cultural nacional. A autora desenvolve o termo Educação Patrimonial enquanto uma ferramenta metodológica da qual se apresenta em 4 formas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Etapas da Educação Patrimonial na visão de Grunberg.

<b>Observação</b>	Nesta etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.
<b>Registro</b>	Com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.
<b>Exploração</b>	Análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.
<b>Apropriação</b>	Recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

Fonte: GRUNBERG, 2007, p.6.

O desenvolvimento dessa forma compilada em um manual facilita a criação de atividades diversas que surtam efeito direcionados na aplicação das práticas educativas, aumentando a criatividade durante a fase de elaboração das mesmas. A autora Grunberg (2007), ainda reforça que as repercussões do cumprimento da EP “encaminham os participantes à cogitação, evidenciação e comportamento positivo sobre a relevância e reconhecimento do nosso patrimônio cultural”.

Como aponta Dmitruk (2001 *apud* Schwengber, 2011), a denominação de “patrimônio cultural”, na primeira parte do século XX, referia-se aos trabalhos artísticos de cunho literários, pictóricos, arquitetônicos, recortados dos bens e marcos da classe dominante. Para os autores a ideia de patrimônio cultural “é

muito mais ampla e democrática, pois refere-se ao patrimônio integral e compreende todos os bens culturais dos grupos formadores de uma comunidade”. (SCHWENGBER, 2011).

Conforme observa Saladino (2013), por mais que no início existisse uma visão de salvaguardar o patrimônio cultural nacional e protegê-lo, a noção de identidade nacionalista era baseada no ufanismo, “o que também parece justificar a consolidação de valorações e naturalização de hierarquias entre os distintos tipos de patrimônio como, por exemplo, entre as referências patrimoniais das classes hegemônicas e as referências das classes populares” (SALADINO, 2013).

O patrimônio cultural pode ser percebido como algo simples e complexo ao mesmo tempo, uma vez que faz parte de toda atividade inerente às manifestações humanas, dos mais humildes aos mais afortunados, sendo resultado da cultura<sup>1</sup> presente em cada lugar.

Abreu e Chagas (2003), traz o seguinte questionamento: “como aprendemos a utilizar a palavra ‘patrimônio’?”

"Patrimônio" está entre as palavras que usamos mais frequentemente no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra. (ABREU; CHAGAS, 2003, p. 25)

Para Grunberg (2007) quando se pergunta sobre patrimônio cultural, a mesma discorre que são “manifestações e expressões” que as pessoas e sociedade constroem e que com o decorrer dos anos se unificam com as gerações passadas, onde estas gerações as acolhe, utilizando-se da mesma e conseqüentemente as modifica conforme as demandas e contexto histórico contribuindo, assim como preservando e/ou esquecendo dos bens herdados.

O patrimônio cultural, segundo Rodrigues e Lopes (2017), é uma gama de manifestações diversas que apresentam múltiplos sentidos e definições que podem ser representados com diferentes graus de complexidade dos quais, em muitos

---

<sup>1</sup> Para Gonçalves (2010) a cultura significa “cultivo do espírito humano, tratando-se de uma disciplina interior que aspira a formação da personalidade do ser. Refere-se, portanto, à esfera dos valores morais, incorporando, desse modo, uma dimensão normativa”.

momentos, não se acham presentes e planejados dentro do campo das concepções das pessoas.

A autora Amarante (2016) em seu estudo dentro da concepção das noções da arqueologia pública, na aplicação das ações educativas, defende que para além condições solicitadas pela legislação é imprescindível a visão de que deve existir uma comunicação clara com o público que não está inserido dentro da academia, no qual devem conhecer a área em seus sistemas e ciência e tirar as suas próprias implicações. Trazendo a inter-relação da arqueologia com outros ramos complementares como a museologia e educação que denotam a preocupação com a forma de compartilhamento desses saberes.

Segundo Suess e Freitas (2022), as ações educativas na completude aplicada no ensino básico se associa, da mesma forma, com o entendimento da diversidade, buscando trazer a clareza das suas múltiplas concepções, seja sobre as perspectivas humanas e terrestres, levando a sucessão da compreensão do pensamento usual ao enigmático e a procura de bases da particularidade e multiplicidade humana. Os grupos aos quais são aplicadas as atividades educativas são múltiplos, levando em consideração a diversidade dos mesmos dentro do contexto social brasileiro, podendo-se ter diferentes abordagens que sejam refletidas dentro da realidade cultural de cada um. Tendo-se em vista que, aproximadamente:

Os arqueólogos eram vistos como os únicos intérpretes e guardiões desse passado, mas nas últimas décadas diferentes segmentos vêm tomando a frente na defesa de seus interesses, tais como as populações indígenas e quilombolas, comunidades descendentes de imigrantes, comunidades locais, dentre outros. (VASCONCELLOS; 2019, pág 260)

Como explica Novaes (2022) sobre a cultura material arqueológica, o contexto etno-histórico e ambiental, o levantamento realizado dentro das comunidades na qual estão os pontos escolares permitem a desconstrução das narrativas oficializadas, tendo em vista que a predisposição histórica é ocultar a participação das vozes populares.

Paralelo a isso, Pestana *et. al* (2022) aborda que a ligação conceitualizada entre “educação patrimonial e patrimônio cultural quilombola se baseia num referencial teórico atual que seja abrangente e capaz de abordar as questões específicas da diversidade cultural, da territorialidade e do diálogo dos diferentes agentes culturais envolvidos”. (PESTANA; FONSECA; FUNK, 2022).

Gil e Possamai (2014), indicam que ao propor a pressuposição de uma educação que permita questionar os modos de fazer, dentro dos processos históricos por meio do patrimônio, “preservar um bem patrimonial é estudá-lo na trama urbana ou rural que lhes deu sustentação”. (GIL; POSSAMAI, 2014).

Como apresentado no trabalho de Santos (2023) no artigo *Das potencialidade e desafios: a problemática do esquecimento estabelecida no descaso com os cemitérios históricos e Manaus*, a autora mostra a situação do menosprezo para com o patrimônio cultural arqueológico e histórico que vai desde o medo, ao negligenciamento dos cuidados com a infraestrutura que, conseqüentemente, culmina na depredação, nos danos e na desvalorização do patrimônio histórico cemiterial. Para a autora, a cultura material configura perspectivas para além da materialidade que denotam em narrativas em seus simbolismos gerando uma comunicação com a memória e incentivando traços significativos na representação da pluralidade.

Nos últimos anos, a percepção e o interesse pela salvaguarda do patrimônio material e imaterial tem se revelado um trabalho que precisa estar constantemente em comunicação com os campos da ciência, cultura, e principalmente nas distintas manifestações de educação patrimonial. A patrimonialização de bens tangíveis pode revelar-se portadora de uma identidade sociocultural particular, convertendo-se em recursos simbólicos essenciais na expressão da diversidade cultural. (SANTOS, 2023, p.4)

Conforme Bezerra e Silveira (2007), o entendimento da noção sobre o patrimônio segue concepções distintas entre diferentes grupos sociais. Para Bezerra e Silveira (2007), *apud* Fordred-Green, *et. al*, (2001), “a partir de um projeto de Arqueologia Pública com grupos indígenas, observaram que os Palikur experienciam o passado não pelo patrimônio arqueológico, mas por narrativas inscritas na paisagem”.

Dando outra visão às metodologias já estabelecidas, a Arqueologia Pública permite a abertura de novas perspectivas, trazendo mais contribuições sobre o patrimônio cultural arqueológico de povos de comunidades tradicionais, por exemplo. Em concordância, Novaes (2022) afirma que é necessária a elaboração de uma proposição de “Educação Patrimonial das Relações Étnico-Raciais inclui realizar escolhas teórico-metodológicas, selecionar conteúdos, definir público, produzir material didático especializado” (NOVAES, 2022).

Mello e Castro (2016), apontam que compreender a Arqueologia enquanto uma ciência humana, na qual se dispõe a averiguar os procedimentos constituidores da cultura pretérita humana, proporciona que a ciência e a sociedade tenham maior conectividade. Desta maneira, fica perceptível a necessidade do compromisso da arqueologia com a formação de indivíduos conscientes de seu passado histórico e de seu comportamento na sociedade, afirma Mello e Castro (2016), *apud*, Fernandes (2007). Para os autores é cada vez mais fundamental, e de grande valor, envolver esses grupos nos debates acerca do patrimônio arqueológico pois, desse modo, estes se apropriam e passam a apoderar-se dos conhecimentos voltados à importância de preservação do patrimônio cultural.

Como cita Carvalho (2010) o patrimônio cultural, refletido como substrato de funcionamento de uma sociedade, mostra-se diverso, unificando as realizações de origem material e imaterial tanto do passado quanto do presente, a forma de viver, hábitos e expressões culturais que denotam as particularidades específicas da dinâmica social. “O conjunto desses elementos estabelece vínculos de temporalidade espaço-temporal entre os grupos sociais, contribuindo para a reconstrução e para o fortalecimento da memória e da identidade em uma determinada região” (CARVALHO, 2010).

## **2.1 Educação Patrimonial: Aspectos jurídicos**

A EP é revestida de dispositivos que possibilitam sua execução dentro dos variados espaços nos quais a mesma é realizada. Seja no âmbito do patrimônio arqueológico, ambiental, histórico, religioso, cultural, etc. No que diz respeito ao patrimônio arqueológico, essa dinâmica se dá através das normativas do IPHAN que, devido à sua grande capilaridade em território nacional, acaba por dialogar com diferentes setores de todos os entes federados. Além do patrimônio arqueológico, o IPHAN também possui tutela sobre outros bens, como demonstra a imagem abaixo:

Figura 4: Patrimônio Cultural e suas áreas de abrangência.



Fonte: Iphan, 2024.

O Iphan busca formas de implementar uma postura educativa em todas as suas ações institucionais. O objetivo é que cada representação do Iphan no território nacional funcione como centro de diálogo e construção conjunta com a sociedade de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural. O Projeto Casas do Patrimônio é a principal iniciativa nesse sentido. As principais diretrizes que devem nortear as ações de Educação Patrimonial decorrem de um longo processo de debates institucionais, aprofundamentos teóricos e avaliações das práticas educativas voltadas à preservação do patrimônio cultural. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014)

De acordo com Vasconcellos (2019) é reconhecida a relevância de se preservar o patrimônio arqueológico, para que sirva de ferramenta possibilitadora de peças fundamentais na construção do sujeito enquanto cidadão e cidadã, garantido assim a transmissão para as gerações posteriores, contribuindo com o aumento de reflexões trabalhadas em três esferas: memória, identidade e pertencimento.

A proteção ao patrimônio cultural no Brasil movimenta diferentes instrumentos jurídicos e administrativos – alguns deles especificamente desenvolvidos no e para o campo patrimonial, outros não. Contudo, mesmo quanto àqueles voltados à área, a pluralidade dos bens põe à prova a aplicabilidade e a extensão destes meios de preservação. O IPHAN, enquanto autarquia pública ligada ao Ministério da Cultura, e os demais órgãos de preservação nos níveis estaduais e municipais, contam com variados meios de proteção aos bens arqueológicos, e em especial aqueles assegurados pela legislação específica sobre a matéria. Da mesma maneira que se conta com procedimentos e formatos particulares de proteção ao patrimônio material e imaterial, são previstos meios especializados de proteção ao patrimônio arqueológico. (POLO, 2014, p. 54)

Como apontam IPHAN (2015) e Florêncio (2019), desde que foi construído em 1937, o IPHAN exprimiu em documentações, intentos e propostas a título de relevância da execução das ações educativas como forma de proteger e atuar na

preservação do patrimônio perante sua incubência, constituindo um espaço de debates e reflexões dentro dos aportes teóricos, conceituações, métodos de aplicações que se deparam e se sustentam nas vigentes políticas públicas de Estado.

Já no anteprojeto para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens. A criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional foi motivada, de um lado, por uma série de iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira. (IPHAN, 2014, p.5).

Figura 5: Cândido Portinari, Antônio Bento, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, exposição de Portinari no Palace Hotel, Rio de Janeiro, julho de 1936.



Fonte: Iphan 2014 apud acervo Iphan.

No que tange ao campo interdisciplinar da Educação Patrimonial, Florêncio (2019) aponta que o IPHAN, através de seu campo promocional, consolidou e estruturou um setor específico focalizado nas ações educativas vinculados à proteção do patrimônio cultural nacional, em virtude da exigência de uma estruturação das ações educativas no campo das políticas de preservação. Dentro do decreto nº 5040 de 07 de abril de 2004, capítulo I, artigo 2º, por exemplo, dispõe sobre as devidas obrigações a serem cumpridas pelo órgão:

Art. 2º O IPHAN tem por finalidade institucional, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, nos termos do art. 216 da Constituição, e exerce as competências estabelecidas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-Lei no 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei no 3.924, de julho de 1961, na Lei nº

4.845, de 19 de novembro de 1965, e no Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, e, especialmente:

I - coordenar a execução da política de promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura.

II - desenvolver estudos e pesquisas, visando a geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para preservação do patrimônio cultural; e

III - promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a conservação, a preservação, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural, exercendo o poder de polícia administrativa para a proteção deste patrimônio (BRASIL, 2004).

Carbonera *et al.* (2018 apud, BRASIL 1988) diz que em consonância com a lei federal nº3.924 de julho de 1961, os bens arqueológicos são considerados patrimônio da União, concordando com o previsto na Constituição Federal de 1988, no art. 216º, que estabelece as ferramentas de precaução e preservação dos recursos culturais, em suas variadas proporções. Entretanto, a lei somente transfigura-se em uma prática social, “em conformidade da participação ativa da comunidade, pois a preservação é uma ação compartilhada entre estado e sociedade” (CARBONERA, *et al.*, 2018). Em conformidade às leis que visam a proteção do patrimônio arqueológico, assim como aplicações de práticas educativas mesmo não vinculando-se especificamente aos trabalhos de arqueologia acadêmica, vale ressaltar veementemente, a Portaria nº 230 de 17 de dezembro de 2002, no qual discorre no parágrafo:

§ 7º O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma. (PORTARIA 230, 2002).

Como aponta Barcelos (2021) existem dispositivos legais cujo foco é a extroversão do conhecimento arqueológico, que em meio a elaboração dos estudos, para além da parte técnica das etapas do trabalho em arqueologia, como citado acima, insere a EP, no qual a referente portaria, “tem força de Lei, pois está abaixo de uma Lei maior regulamentando-a, foi a forma que o IPHAN encontrou de utilizar os trabalhos de arqueologia de contrato para promover a proteção, a valorização, o conhecimento, a divulgação dos sítios arqueológicos brasileiros” (BARCELOS, 2021). Neste caminhar do vínculo entre Educação patrimonial e o “fazer arqueológico” constata-se na Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015,

do Capítulo III, o Art. 45 institui que “O projeto Integrado de Educação Patrimonial” desenvolvido na AID e deverá conter:

I- definição do público alvo;
II - objetivos;
III - justificativa;
IV - metodologia;
V - descrição da equipe multidisciplinar responsável;
VI - cronograma de execução, e
VII - mecanismos de avaliação.

(INSTRUÇÃO NORMATIVA 001, 2015).

Nesse sentido entende-se que a tarefa para a preservação do patrimônio, dentro da legalidade, também é uma demanda voltada para os profissionais da Arqueologia, dos quais pela aplicabilidade da Lei, devem obrigatoriamente realizar a extroversão do conhecimento arqueológico por meio da Educação Patrimonial.

## **2.2 Educação Patrimonial: Um breve levantamento de dados em currículos escolares**

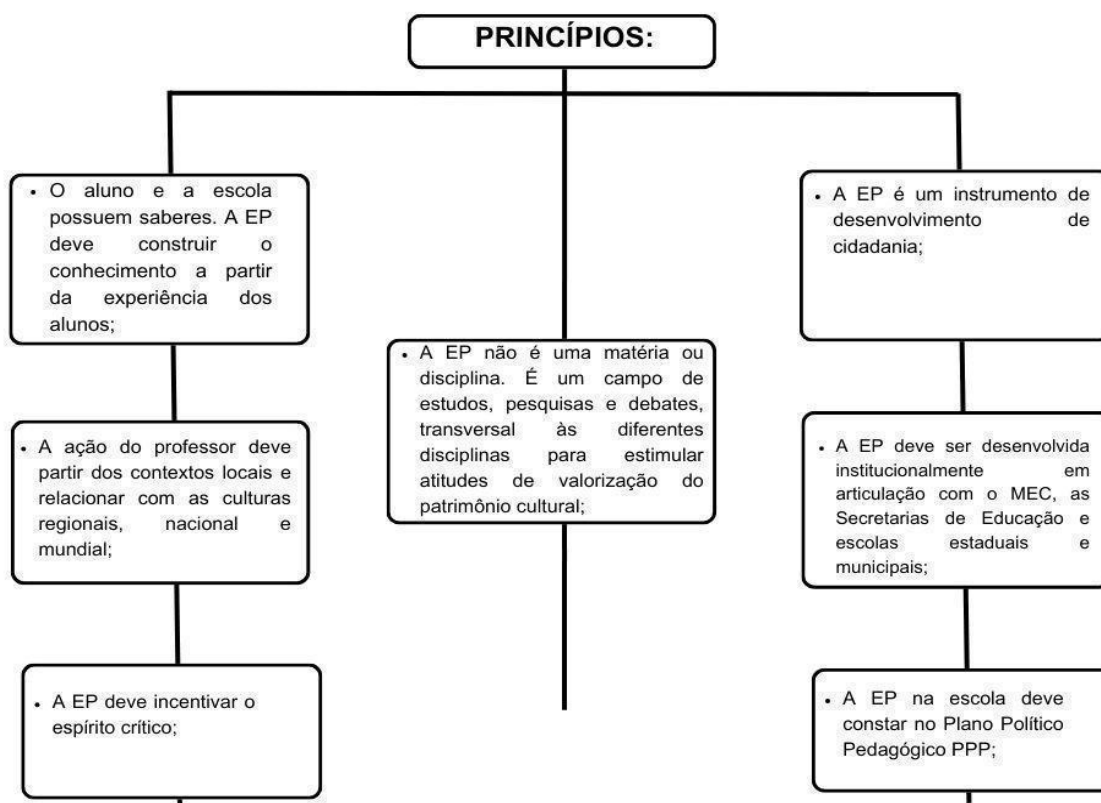
O IPHAN, junto ao MinC e ao MEC, no documento “Educação Patrimonial - Programa Mais Educação” apontam que a EP no ambiente escolar é um componente curricular atuante como temática enviesada, unificando-se aos diversos temas do conhecimento “com o propósito de sensibilizar os jovens do ensino básico e médio para conhecer, valorizar e proteger o patrimônio cultural”.

No que concerne aos conteúdos utilizados como base para aplicação das atividades de E.P's em espaços escolares, existe o documento “do grupo de trabalho do Encontro Nacional de Educação Patrimonial de São Cristóvão (SE) - de setembro de 2005” (IPHAN, 2005), que discorre sobre três tópicos: princípios, operacionalização e conteúdos. Que norteiam as ideias a serem abordadas dentro do assunto.

Analisando essa perspectiva, pode-se afirmar que na construção desse roteiro e, conforme a observação de Hostensky (2022), o espaço escolar perpassa a sua estrutura arquitetônica. O mesmo é constituído, além de tudo, por indivíduos que englobam no ambiente escolar toda bagagem de “suas vivências e experiências, sua religiosidade, seus hábitos, seus saberes e seus sonhos” (HOSTENSKY, 2022, p.6).

Portanto, elaborar ações pedagógicas de maneira "homogênea" é invalidar a diversidade de conhecimentos e o potencial que grupo escolar carrega em si mesmo; não considerando as especificidades da personalidade e originalidade de cada pessoa.

Figura 6: Fluxograma discorrendo sobre princípios da E.P, na escola.



Fonte: IPHAN, Educação Patrimonial na Escola, 2005.

Figura 7: Fluxograma discorrendo sobre a operacionalização da E.P, na escola.



Fonte: IPHAN, Educação Patrimonial na Escola, 2005.

Figura 8: Fluxograma discorrendo sobre os conteúdos da E.P, na escola.



Fonte: IPHAN, Educação Patrimonial na Escola, 2005.

Segundo Leite (2018), a EP propõe o espaço escolar a trabalhar enquanto construtora de saberes, reconhecendo e enfrentando os problemas sociais presentes, para que possa proceder ocasionalmente por meio de situações globais e notificar as comunidades locais e aos estudantes sobre a existência das mesmas. A EP funciona como uma provocação que instiga os alunos e alunas a realizarem questionamentos críticos, facilita a identificação das diferenças e similitudes entre indivíduos e coletivos, utilizando assim “a arte e a criatividade de cada um e de todos, de contarmos e ouvirmos história e de construirmos histórias comuns”.

A “educação patrimonial”, em contexto escolar, é um espaço de relação construído e partilhado entre o processo educativo (o que produz conhecimento) e o patrimônio cultural e natural (das pessoas/ das comunidades). É um processo que produz conhecimento sobre o patrimônio, que interpreta e identifica o significado cultural do patrimônio pessoal e coletivo dos participantes (LEITE, 2018, p.1).

A EP no ambiente escolar, segundo a autora supracitada, atua na esfera da construção dos saberes e compartilhamento do patrimônio cultural, trabalhando como mediadora, contribuindo no processo pedagógico. Para Novaes (2022), a EP é um direito essencial, possuindo um agir dentro do direito público que afeta a subjetividade de cada grupo, no qual nivela-se o direito à Educação.

Desta maneira a EP é um momento necessário no espaço escolar, podendo tomar proporções que acrescentem nas abstrações das pessoas acerca dos seus bens culturais. Para Cerqueira (2005) a princípio, existem duas formas gerais da ação, sendo “a educação da comunidade escolar e a educação em geral”, dada da seguinte maneira:

A educação da comunidade em geral, por sua vez, realiza-se de várias formas. A mais destacada é o turismo cultural, que deve ser entendido não somente como uma atividade lúdica, mas também como uma atividade pedagógica de formação de cidadania – uma formação diferenciada, pois aberta para o diálogo entre o local e o global, porque a educação para o patrimônio tem como alvo não somente o turista local, mas também aquele vindo de outras regiões do país ou do estrangeiro. O turismo, portanto, pode ser uma atividade educadora em escala planetária, com significativa colaboração para o desenvolvimento da consciência, das políticas e das ações públicas para a preservação do patrimônio cultural. (CERQUEIRA, 2005, p.10)

Como aponta Maltêz *et. al* (2010 apud ROCHA, 1989) “do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado”. Sendo de

competência dos professores cativar nos estudantes o sentimento de amabilidade e respeito aos bens culturais que possuem valores e pertencem a cada um.

Para a Horta *et. al* (1999), no momento em que se tem contato com os indicadores da cultura material e as expressões culturais, em seus mais diversos aspectos, ideias e compreensões, o exercício da EP procura encaminhar as crianças e adultos à uma maneira dinâmica de entendimento, posse e apreciação de sua herança cultural, qualificando-os para melhor usufruir dos bens disponibilizados no território, ocasionando assim a formação de mais saberes, em uma rotatividade incessante na produção cultural. “Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA *et al.*, 1999).

Conforme Vasconcellos (2019) o trabalho na arqueologia desencadeia uma grande promoção sobre a importância dos bens culturais arqueológicos, que despertam curiosidade quando divulgados nos meios sociais. “Essa atração, quando bem conduzida pela educação, pode gerar processos participativos e inclusivos” (VASCONCELLOS; 2019). Nesse viés, o autor cita que concebe-se uma vinculação de trajetória dupla, em que os profissionais da arqueologia devem olhar a educação como uma forte colaboradora e os professores, em contrapartida, possam encontrar na arqueologia uma área de trabalho imensurável na incumbência de ajudar no processo de transformação das pessoas defensoras do patrimônio, pois o mesmo pertencem a todas.

Portanto o ambiente escolar empenha-se na valorização e sensibilização sobre a temática do patrimônio cultural, em que paralelo a isso existem outros profissionais - neste caso os da arqueologia - que podem colaborar com os conhecimentos junto ao corpo docente.

Segundo Horta *et al.* (1999), o diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização deste. No qual Cerqueira (2005), expõe:

Por meio da educação patrimonial, busca-se sensibilizar as comunidades sobre a importância de preservar a sua memória; mais que isso, busca-se gerar uma reflexão sobre as memórias dos diferentes grupos sociais, de modo que se perceba que patrimônio não é somente o monumento belo e

notável que fala do passado de algumas elites, mas que patrimônio é, outrossim, todo símbolo de memória coletiva, do terreiro à igreja, do sobrado à senzala, das praças públicas aos prédios das escolas, dos antigos armazéns de bairro aos grandes teatros, das canchas retas aos estádios de futebol. A escola, em decorrência da constatação da importância social da educação patrimonial, chamou para si também esta responsabilidade.(CERQUEIRA, 2005, p.11)

Assim, a EP na escola busca promover a discussão e preservação do patrimônio cultural de maneira abrangente, inserindo-se em diversos grupos coletivos. Ela destaca referências culturais de diferentes grupos, cada um com sua importância, revelando-se como uma memória de um povo.

### **CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA: PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EDUCATIVAS**

As atividades de EP realizadas em Boquira (BA) decorreram de um planejamento de longo prazo no qual, dentre outros aspectos técnicos, foi necessário refletir sobre o contexto dos sítios arqueológicos locais e a relação das comunidades com os mesmos. Para isso foi necessária a consulta aos trabalhos de Oliveira (2019) e ao CNSA, o banco de dados dos sítios arqueológicos brasileiros catalogados no IPHAN. Os dados coletados foram utilizados como base para a estruturação das atividades lúdicas realizadas na unidade Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa (comunidade rural de Buriti / Nova Aparecida). Além disso, pelo fato das atividades estarem relacionadas ao projeto de extensão “Educação Patrimonial e Ambiental na Serra do Espinhaço Setentrional - Boquira BA”, nosso planejamento teve de seguir um cronograma básico exigido pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) por meio do Edital 015/2023 do Programa de Iniciação a Extensão (PROIEX) da UNEB.

Conforme os dados apontados acima, no município de Boquira (BA) existem 38 sítios arqueológicos cadastrados, a maioria de natureza pré-colonial. Para as atividades de EP, utilizamos diversas imagens das pinturas rupestres identificadas nesses sítios, publicados na obra de Oliveira (2019).

Figura 9: Consulta dos sítios arqueológicos do município de Boquira(BA)

02/09/2024, 14:03 portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\_resultado.php

**Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA**

---

Preencha obrigatoriamente o estado:

Município:	<input type="text" value="Boquira"/>	Histórico:	<input type="checkbox"/>
Estado*:	<input type="text" value="BA"/>	Pré-Colonial:	<input type="checkbox"/>
Nome do sítio:	<input type="text"/>	De Contato:	<input type="checkbox"/>
Responsável:	<input type="text"/>	<input type="button" value="ok"/> <input type="button" value="limpar"/>	

A consulta retornou 38 registro(s) de 27582 cadastrados.

CNSA	Nome	Município	UF
BA01077	Pedra da Pinga	Boquira	BA
BA01078	Pedra do Índio	Boquira	BA
BA01079	Loca da Lapinha	Boquira	BA
BA01080	Loca do Batateira I	Boquira	BA
BA01081	Loca do Caldeirão	Boquira	BA
BA01082	Sítio do Preto	Boquira	BA
BA01083	Macambira I	Boquira	BA
BA01084	Macambira II	Boquira	BA
BA01085	Pedra Caída	Boquira	BA
BA01087	Sítio da Estrada	Boquira	BA
BA01088	Pedra do Olho D'água	Boquira	BA
BA01343	Sítio do Cupim	Boquira	BA
BA01344	Sítio Casa do Engenho	Boquira	BA
BA01345	Sítio da Pintura Preta	Boquira	BA
BA01346	Sítio do Olho	Boquira	BA
BA01347	Sítio Veado Galheiro	Boquira	BA
BA01348	Sítio Toca do Susto	Boquira	BA
BA01349	Sítio Toca da Seriema	Boquira	BA
BA01350	Sítio Pedra da Teosura	Boquira	BA
BA01351	Sítio Pedra da Abelha	Boquira	BA
BA01352	Sítio Painei Descascado	Boquira	BA
BA01353	Sítio Painei da Vertigem	Boquira	BA
BA01354	Sítio da Topografia	Boquira	BA
BA01355	Sítio da Mancha	Boquira	BA
BA01356	Sítio da Revolta	Boquira	BA
BA01357	Sítio 4 Barras	Boquira	BA
BA01358	Loca do Caldeirão	Boquira	BA
BA01359	Sítio da Estrada	Boquira	BA
BA01360	Sítio do Preto	Boquira	BA
BA01361	Sítio Loca da Lapinha	Boquira	BA
BA01362	Sítio Loca do Batateira I	Boquira	BA
BA01363	Sítio Macambira I	Boquira	BA
BA01364	Sítio Macambira II	Boquira	BA
BA01365	Sítio Pedra Caída	Boquira	BA
BA01366	Sítio Pedra do Índio	Boquira	BA

portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\_resultado.php

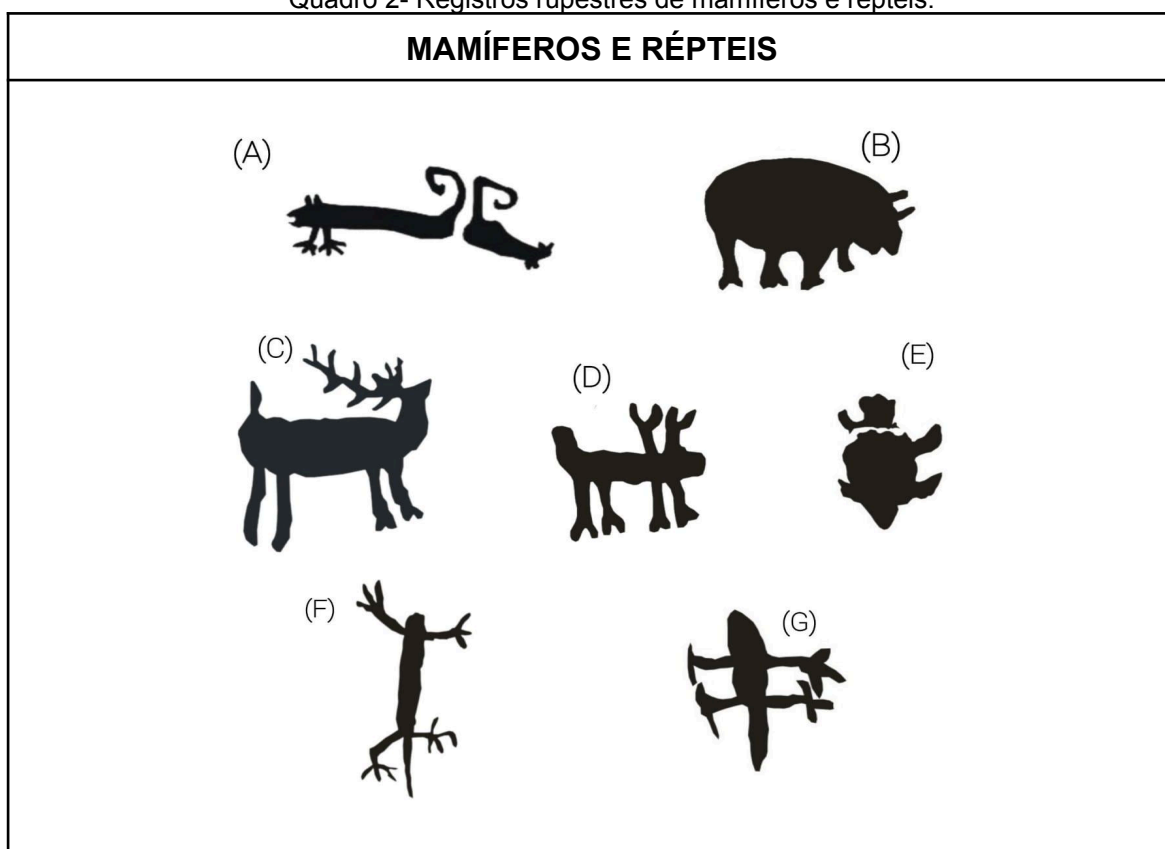
1/2

02/09/2024, 14:03 portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\_resultado.php

CNSA	Nome	Município	UF
BA01367	Sítio Pedra do Olho D'água	Boquira	BA
BA01368	Sítio Pedra do Pinga	Boquira	BA
BA01369	Sítio Xique-xique	Boquira	BA

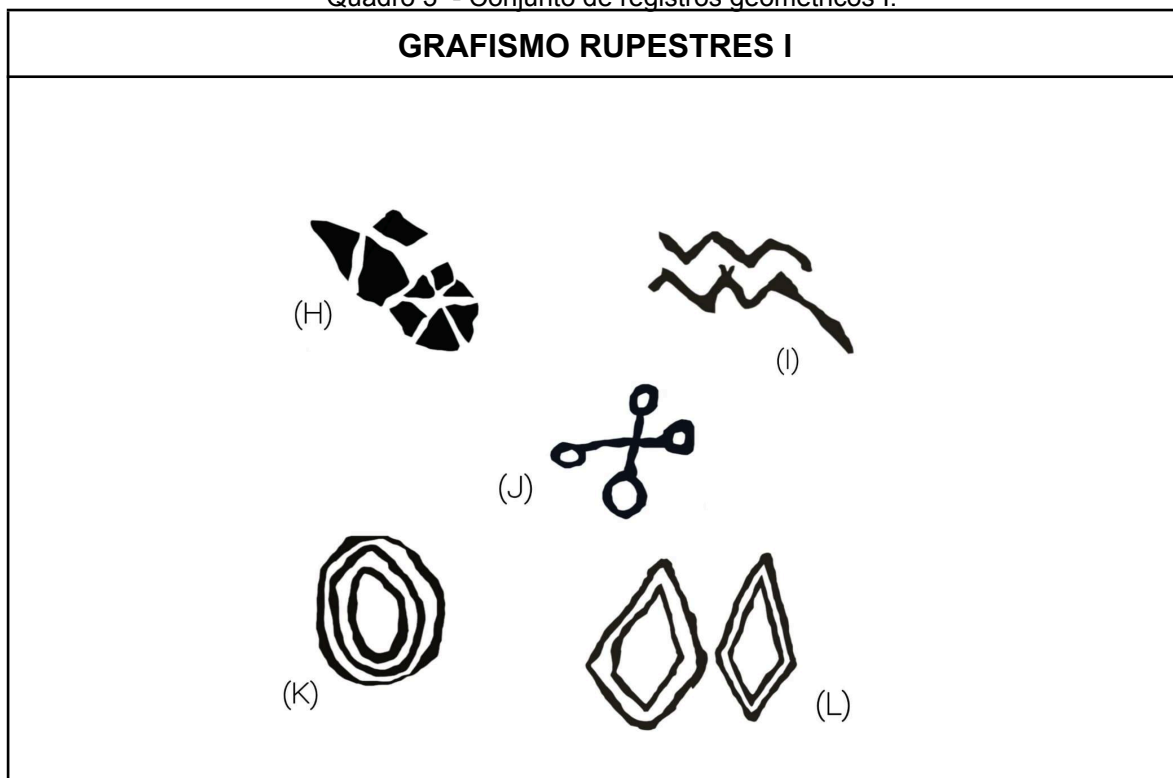
Fonte: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php).

Quadro 2- Registros rupestres de mamíferos e répteis.



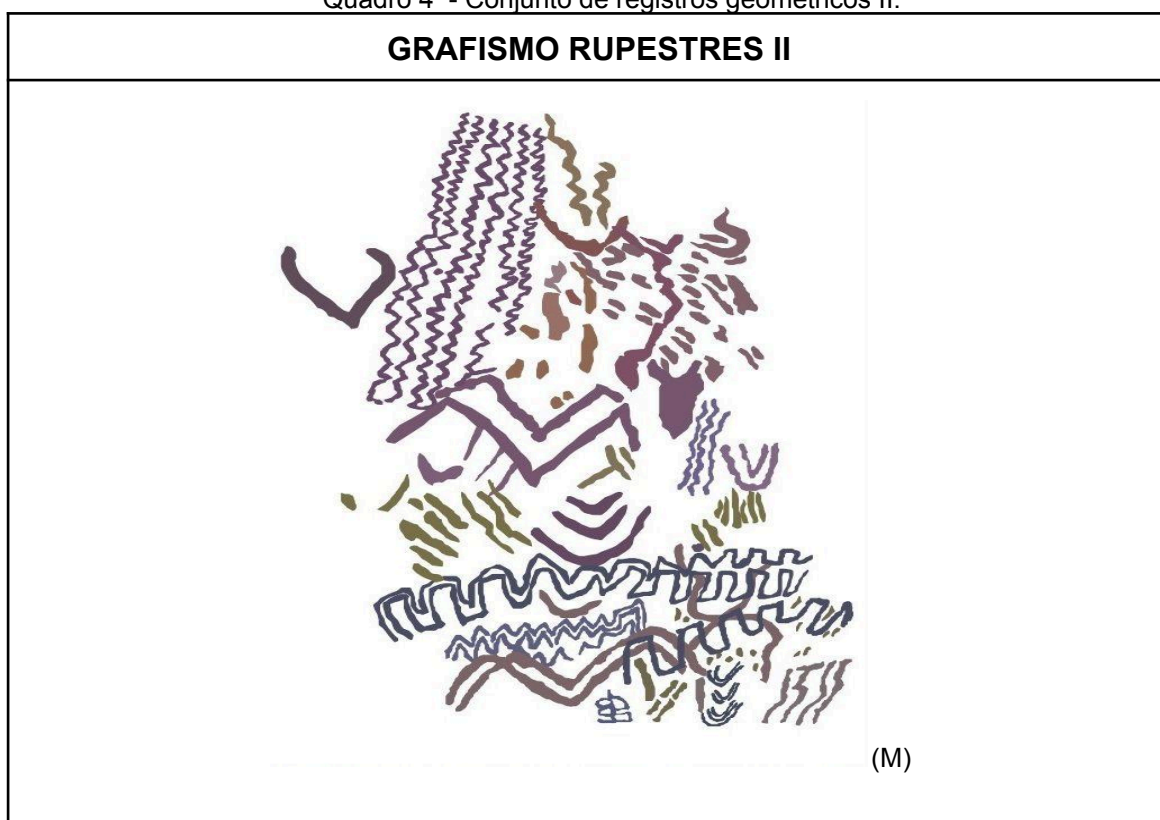
Fonte: OLIVEIRA, 2018.

Quadro 3 - Conjunto de registros geométricos I.



Fonte: OLIVEIRA, 2018.

Quadro 4 - Conjunto de registros geométricos II.



Fonte: OLIVEIRA, 2018.

Tabela 1 - Dados dos sítios arqueológicos cadastrados no CNSA nos quais estão localizados os registros rupestres dos quadros 2, 3 e 4.

LETRA	NOME	CNSA
(A)	Sítio Pedra Caída	BA 01085
(B),(C),(D)	Sítio Veado Galheiro	BA 01347
(E)	Sítio Loca do Caldeirão	BA 01358
(F),(G), (H), (I)	Sítio Xique-xique I	BA 01369
(J), (K)	Sítio Pedra da Tesoura	BA 01350
(L)	Sítio Macambira II	BA 01364
(M)	Sítio Loca da Lapinha	BA 01361

Fonte: CNSA/IPHAN, 2024.

Foi utilizada uma diversidade de imagens identificadas nos painéis rupestres de Boquira; dentre as quais destacam-se zoomorfos (cervídeos, aves, lagartos e quelônios) que, como mostra Oliveira (2018) “configuram como o segundo tipo de grafismo mais presente nos sítios rupestres de Boquira”; além de outros padrões de

grafismos como geométricos e antropomorfos. As imagens elencadas para ilustrar o material lúdico utilizado nas atividades de EP na unidade escolar pertencem aos painéis rupestres de sítios de diferentes localidades de Boquira, não apenas da comunidade rural de Buriti / Nova Aparecida. Devido à semelhança do estilo gráfico em diversos painéis, é possível inferir que, apesar de serem localidades diferentes, os grupos que ocupavam esse território no passado tinham certa organização simbólica, como códigos ordenados para comunicação.

Após a etapa de coleta e estruturação dos dados científicos, foi efetuada a compra dos itens e a confecção dos jogos didáticos e dos materiais das oficinas de pintura e desenho (figuras 10, 11, 12 e 13). Nesse momento o suporte pedagógico das docentes e da diretora da unidade Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa foi de extrema importância, no sentido de nos guiar em relação ao conteúdo que poderia ser apresentado, condizente com a idade dos estudantes, assim como os níveis de escolaridade dos mesmos.

Figuras 10, 11 e 12: Produção do painel e das peças arqueológicas para o quebra cabeça.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Figura 13: Reprodução de painel rupestre para atividade de EP.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Na ocasião, foi possível reconhecer a atuação da escola, que sempre buscou facilitar a tramitação dos processos relacionados à EP, no qual esteve solícita e aberta à comunicação.

## 4. RESULTADOS: IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS

As atividades propostas foram planejadas em acordo com a direção e o corpo docente da Escola Olavo Figueiredo Costa, baseadas na disponibilidade de horários da unidade escolar. As atividades ocorreram entre os dias 24 à 27 de outubro de 2023, como no cronograma apresentado no quadro 5, contando com a participação massiva da equipe escolar que nos recebeu de forma acalorada e afetuosa junto aos estudantes.

Quadro 05 - Organização e execução das atividades propostas

<b>Cronograma geral</b>		
<b>Data</b>	<b>Público</b>	<b>Atividades</b>
24/10/2023	Turmas 1 e 2 (faixa etária de 4 a 8 anos) Turmas 3 e 4 (faixa etária de 9 a 12 anos)	Visita ao Sítio Loca do Caldeirão
25/10/2023	Turmas 1 e 2 (faixa etária de 4 a 8 anos)	Bate papo lúdico sobre Patrimônio Cultural e Ambiental Criação do painel rupestre com tinta guache Jogo da Memória Dança em grupo - Ciranda Arqueológica
26/10/2023	Turmas 3 e 4 (faixa etária de 9 a 12 anos)	Palestra sobre Patrimônio Cultural e Ambiental Confecção do painel rupestre através do Jogo de Quebra Cabeça
27/10/2023	Turmas 1 e 2 (faixa etária de 4 a 8 anos) Turmas 3 e 4 (faixa etária de 9 a 12 anos)	Desenho livre sobre a temática Item antigo

### 4.1.1. Visita ao sítio arqueológico Loca do Caldeirão

Como proposto no nosso cronograma de EP, na manhã do dia 24/10/2023, os estudantes das turmas do 1º, 2º, 3º e 4º ano do fundamental, da Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa, se deslocaram até o sítio arqueológico Loca do Caldeirão

onde, naquela ocasião, a equipe do curso de Bacharelado em Arqueologia da UNEB Campus VIII realizava o último dia de escavação da expedição 2023. Os estudantes foram recepcionados pela equipe de escavação, coordenada pela docente Fátima Oliveira, e participaram de um bate-papo no qual foram abordados temas referentes aos primeiros habitantes do nordeste brasileiro, às informações coletadas por intermédio da escavação arqueológica no sítio em epígrafe, à importância da conservação dos sítios arqueológicos e dos abrigos rochosos da região, dentre outros.

Figura 14: Visita da Escola Olavo Figueiredo Costa ao sítio arqueológico Loca do Caldeirão.

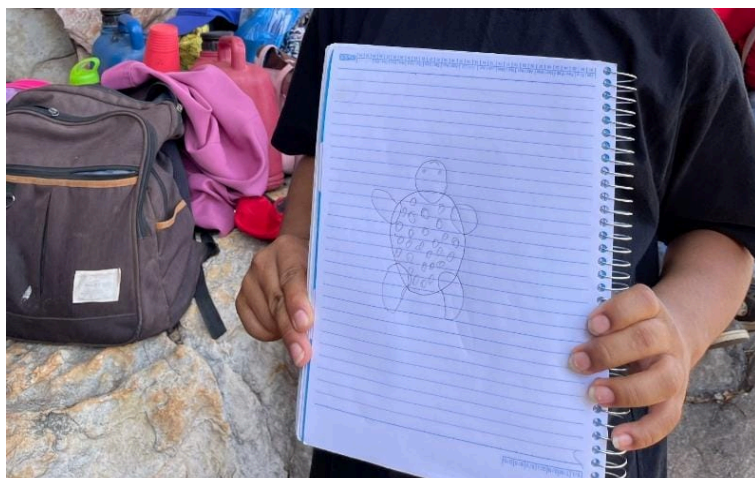


Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Tanto os estudantes quanto os docentes da Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa demonstraram profundo interesse nas temáticas abordadas, participando de forma ativa da atividade. Fizeram inúmeros questionamentos pertinentes, apresentando dúvidas e curiosidades que tornaram o evento e a aprendizagem leves e descontraídos. Na ocasião, dialogando com a comunidade, foi notório perceber o quanto ela carrega seus próprios saberes, construindo assim uma troca de experiência enriquecedora, corroborando o papel da EP como ferramenta de inclusão social, estimulando o senso crítico acerca do patrimônio cultural pertencente à população e aprendendo com ela.

Ao final, as professoras da unidade escolar propuseram aos estudantes realizarem desenhos, reproduzindo aquilo que mais chamou atenção deles no local. O resultado foi uma série de ilustrações fazendo alusão às pinturas rupestres da Loca do Caldeirão, certificando o quanto esses grafismos são importantes do ponto de vista do apelo estético e visual do sítio.

Figura 15: Desenhos elaborados durante a visita ao sítio arqueológico Loca do Caldeirão.



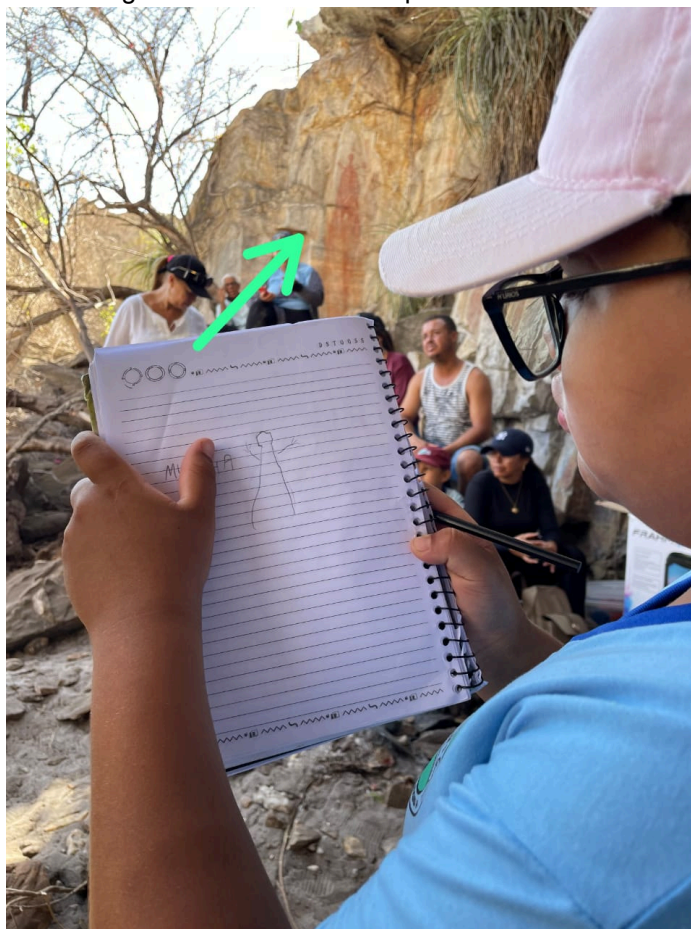
Fonte: Autora, 2023.

Figura 16, 17, 18, 19: Crianças elaborando desenhos no Sítio Arqueológico Loca do Caldeirão



Fonte: Autora, 2023.

Figura 20: Desenho Antropomorfo.



Fonte: Autores, 2023.

A atividade de elaboração dos desenhos durante a visita ao sítio arqueológico fomentou ainda mais a aproximação dos estudantes com o universo dos registros rupestres, estimulando o questionamento e a criatividade, com intuito de ampliar o interesse na arqueologia e no patrimônio cultural local. Os estudantes ficavam bem próximos do paredão rochoso, observando atentamente os traços de cada desenho, registrando no caderno os que mais lhes chamavam atenção, de forma livre e espontânea.

#### **4.1.2. Criação do painel rupestre com tinta guache**

Ao chegarmos na Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa no dia 25/10/2023 pela manhã, fomos surpreendidos com uma apresentação dos professores e alunos, em homenagem aos estudantes da UNEB Campus VIII que estavam escavando na região. Foi entoada uma canção, composta pelos próprios estudantes e professores, que falava sobre a importância da presença de profissionais de

Arqueologia na comunidade, sobre a felicidade da escola em acolher nosso projeto. O momento foi inesperado e emocionante por sermos recebidos de forma afetuosa e sincera, típica das crianças. Outro ponto importante de ressaltar é a curiosidade dos mesmos em relação à nossa pesquisa e como esta afetou positivamente na dinâmica escolar. Seguindo o cronograma da EP, houve a apresentação do tema para alunos do fundamental 1 e 2, utilizando materiais audiovisuais em formato de animação, acessíveis à faixa etária em questão, facilitando a compreensão para crianças de 4 a 8 anos (figura 21). Durante as apresentações, um diálogo lúdico e contínuo foi mantido com os alunos, incentivando a participação ativa, conectada aos conceitos arqueológicos do contexto local. Por exemplo, foi perguntado sobre quais espécies da flora e fauna os estudantes conheciam, se os mesmos lembravam dos “desenhos” dos registros rupestres que tinham visto no sítio arqueológico no dia anterior, etc.

Figura 21: Apresentação do recurso audiovisual sobre a temática e diálogo realizado com as crianças.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Ao discutir o patrimônio cultural, os alunos foram questionados sobre festas e manifestações culturais que conheciam e apreciavam. Após essa troca, houve a atividade prática de criação de um “painel rupestre”, para consolidar o conteúdo e estimular a criatividade (figuras 22 e 23).

Figura 22 e 23: Confeção dos cartazes do “painel rupestre”.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

A dinâmica para confecção do painel rupestre com tinta guache foi um momento de interação muito boa com as crianças, já que se divertem bastante com as atividades práticas. Nesse momento foram convidadas a criar junto com a gente um mural de cartolina utilizando as mãos para elaboração dos desenhos, onde procuramos ter como base referencial os paredões rochosos dos sítios situados em território boquirense, onde estão inseridas as marcas de um passado remoto, deixadas pelos povos indígenas que viveram na região.

#### **4.1.3. Jogo da Memória**

No dia 25/10/2023 foi realizada a atividade do Jogo da Memória, que teve como intuito apresentar a diversidade de matéria prima que as pessoas do passado pré-colonial utilizaram para a produção de seus utensílios e demais atividades cotidianas como a cerâmica, lítico, óxido de ferro, madeira, remanescentes faunísticos e malacológicos; para caracterizar as possíveis atividades antrópicas ocorridas ainda no contexto sistêmico, como caça, coleta, armazenagem de grãos, pesca, criação de objetos de uso pessoais, manejo do fogo, etc., estimulamos os estudantes à imaginar como cada matéria prima poderia ter sido empregada.

Figura 24: Cartas desenvolvidas para o jogo da memória, relacionando matéria-prima e artefatos ou expressões de atividade antrópica encontradas nos sítios arqueológicos.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

O jogo da memória buscou estimular a reflexão sobre a relação entre a materialidade arqueológica e o uso humano desses materiais no processo de fabricação e uso dos artefatos, assim como nas atividades cotidianas, focando na possibilidade da oferta dos possíveis “produtos” da região e em como os indígenas do passado interagiam com o meio ambiente no qual estavam inseridos.

Figura 25 e 26: Execução do jogo da memória com as crianças.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Neste momento, as crianças foram conduzidas por meio da ludicidade das cartas do

Jogo da Memória a compreenderem o papel de cada tipo de artefato identificado nos sítios arqueológicos, fazendo associação dos itens prontos (por meio das imagens impressas nas cartas) com a matéria-prima derivada e sua possível funcionalidade.

#### 4.1.4. Dança em grupo - ciranda “arqueológica”

Ainda no dia 25/10/2023, todos participaram de um círculo de dança (figura 27), dançando ao som de canções que explicavam de forma lúdica sobre a importância da arqueologia e da valorização do patrimônio cultural, destacando a importância das práticas culturais tradicionais que perduram até o presente.

Figura 27: Finalização do segundo dia da EP com as crianças.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Durante a ocasião, ao informarmos que iríamos realizar uma dança em grupo, as professoras da Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa notaram que tínhamos levado um instrumento de percussão chamado maracá (instrumento sagrado indígena que também é utilizado em outros contextos culturais como, por exemplo, na doutrina do Santo Daime) e que, coincidentemente, a escola possuía maracás feitos com materiais recicláveis pelas crianças na ocasião de uma atividade de artesanato. Os maracás foram disponibilizados pelas professoras para nossa ciranda arqueológica.

Ao nos posicionarmos em círculo começamos a cantar a trilha sonora de uma animação intitulada “O que é Arqueologia” do canal *Arqueologia Alternativa*, encontrado no *Youtube* e disponível desde 2021. A animação explica de forma

lúdica o que é Arqueologia. Foi um momento muito especial pois pudemos revisitar o conteúdo abordado ao longo da semana, estimulando a sensação de realizar um retorno ao passado, recordando nossas origens indígenas em comum e imaginando, mesmo que de forma distante, como procediam os rituais dos povos ancestrais que passaram por essas terras. Esse momento gratificante possibilitou reforçar para as crianças a importância de preservar a memória de suas origens, ferramenta essencial para manutenção da cultura material e imaterial.

#### 4.1.5. Jogo do Quebra Cabeça

No dia 26/10/2023, terceiro dia da EP, foi feita uma palestra sobre patrimônio cultural, com as turmas do 3º e 4º ano do fundamental, da Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa (faixa etária de 9 a 12 anos) buscando incentivar, de modo participativo, a discussão sobre a valorização dos bens culturais pertencentes ao município de Boquira, mais especificamente das comunidades rurais. Sucessivamente tivemos a dinâmica do Jogo de Quebra Cabeça com a reconstrução do “painel rupestre”, para isso foi necessária a formação de dois grupos para execução da atividade.

Figuras 28, 29 e 30: Respectivamente: montagem das peças; finalização da junção das peças; e fixação do painel para exposição.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

As crianças, envolvidas de maneira empenhada, montaram o quebra-cabeça, unindo cada peça em suas respectivas partes e juntando todos os fragmentos. Em seguida, colaram o trabalho final em cartolinas marrons para exposição. Enquanto

faziam a junção, podiam apreciar os desenhos dos registros rupestres existentes nos sítios arqueológicos de Boquira e dialogar sobre as figuras presentes nos mesmos.

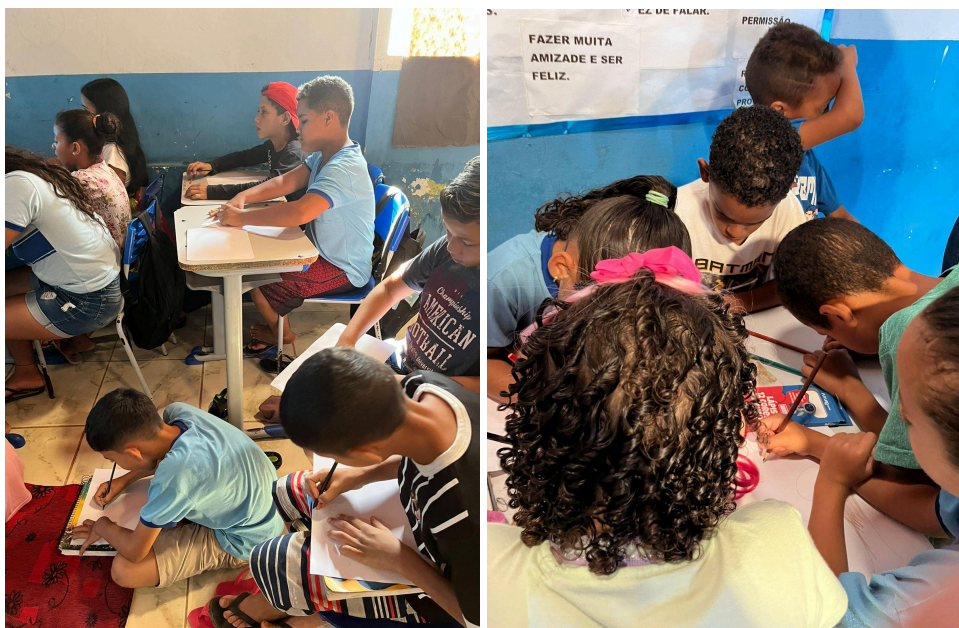
Figura 31 e 32: Exposição dos painéis remontados.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

No 27/10/2023, quarto e último dia da ação educativa na Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa, as turmas do 1º, 2º, 3º e 4º ano do fundamental se reuniram novamente para revisar os conteúdos dos dias anteriores, focando no patrimônio cultural e arqueológico, paisagístico e imaterial da região. Usando imagens, os alunos aprenderam sobre os sítios arqueológicos e suas características, incluindo fauna, flora e hidrografia, além das manifestações artísticas e culturais locais. Em seguida, os alunos participaram de uma oficina de desenho livre, no qual levamos folha tamanho A4, tinta guache e lápis de cor para que eles escolhessem o material que desejassem utilizar, para ilustrar o que aprenderam nos dias anteriores.

Figura 33 e 34: Desenho livre com estudantes da Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Figura 35 e 36: Desenho livre com estudantes da Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

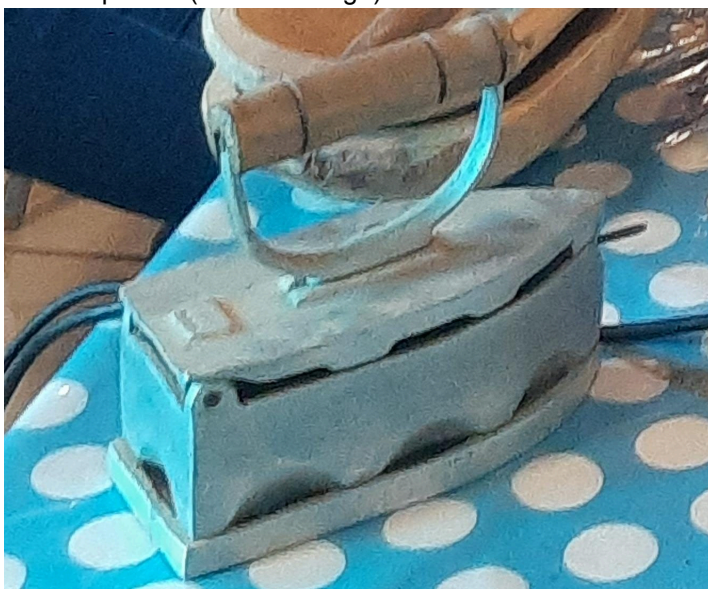
Ao longo da oficina foi possível perceber o esforço afincado das crianças em ilustrarem os desenhos escolhidos, sendo notável uma expressiva variedade das figuras rupestres e cenário paisagístico dos sítios arqueológicos, em especial a Loca do Caldeirão, em que fizeram a visita no primeiro dia da EP.

#### 4.1.7. Item antigo

No decorrer do dia 27/10/2023 tivemos também a atividade denominada “Item antigo”. Foi solicitado aos estudantes que trouxessem de casa objetos que tivessem uma importância simbólica para eles e suas famílias já que, ao longo da semana,

havíamos conversado vastamente sobre o contexto arqueológico de Boquira, no qual foram identificados, por meio das escavações, itens da cultura material do passado. Nesta dinâmica, procuramos focar a relação que os seres humanos podem desenvolver com artefatos materiais e como estes influenciam nossa percepção sobre a cultura na qual estamos inseridos; ressaltamos também que esses processos não deveriam ter sido muito diferentes na pré-história. Explicamos que os objetos identificados no sítio são importantes porque podem ajudar a contar a história dos grupos de pessoas que viveram no local.

Figuras 37: Ferro de passar ( modelo antigo) utilizado na dinâmica dos “itens antigos”.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Figuras 38: Alguidar de madeira, utilizado na dinâmica dos “itens antigos”.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Figura 39: As crianças explicando a importância dos itens antigos dos quais levaram, para a turma.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Por fim, a dinâmica com os itens antigos proporcionou aos alunos contato com objetos familiares importantes, inclusive produtos da própria escola, que foram cedidos pela diretoria. Pudemos ouvir de cada um deles o significado e a história desses itens, reconhecendo todos como produtores de cultura e mantenedores da memória. Esses objetos, carregados de historicidade, foram comparados às peças arqueológicas encontradas nos sítios arqueológicos. Evidenciando que as pessoas do período pré-colonial também tinham relações sociais e trocavam materiais entre si, passando objetos para seus descendentes.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A EP desenvolvida na Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa, na comunidade de Boquira (BA) foi muito gratificante profissional e pessoalmente. Ao longo do processo foi possível observar a grande interação dos estudantes e professores que estavam presentes nos dias das atividades propostas e perceber - principalmente dos estudantes- o entusiasmo e curiosidade deles ao lidar com o seu próprio patrimônio cultural, praticando as atividades com a atenção necessária . Já os professores demonstraram ampla colaboração e criatividade, adaptando a rotina da escola para nos receber de uma maneira acolhedora, além de colaborarem na elaboração das atividades e agregarem novas sugestões, proporcionando uma maior assimilação do conteúdo que foi exposto dentro do projeto de extensão “Educação Patrimonial e Ambiental na Serra do Espinhaço Setentrional - Boquira BA”.

As atividades práticas e participativas foram o ápice da ação educativa, em que possibilitaram uma aproximação da ciência arqueológica, onde por meio dos jogos temáticos, palestras, e oficinas tiveram a oportunidade de conhecer, dialogar e despertar o senso crítico aumentando a sensibilidade para o tema. Abaixo (figuras 40 e 41) mostram os trabalhos realizados pelas crianças, que desempenharam as atividades com êxito, diante do conteúdo apresentado.

Figura 40: Criação de um painel rupestre pelas crianças da equipe 1.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Figura 41: Criação de um painel rupestre pelas crianças da equipe 2.

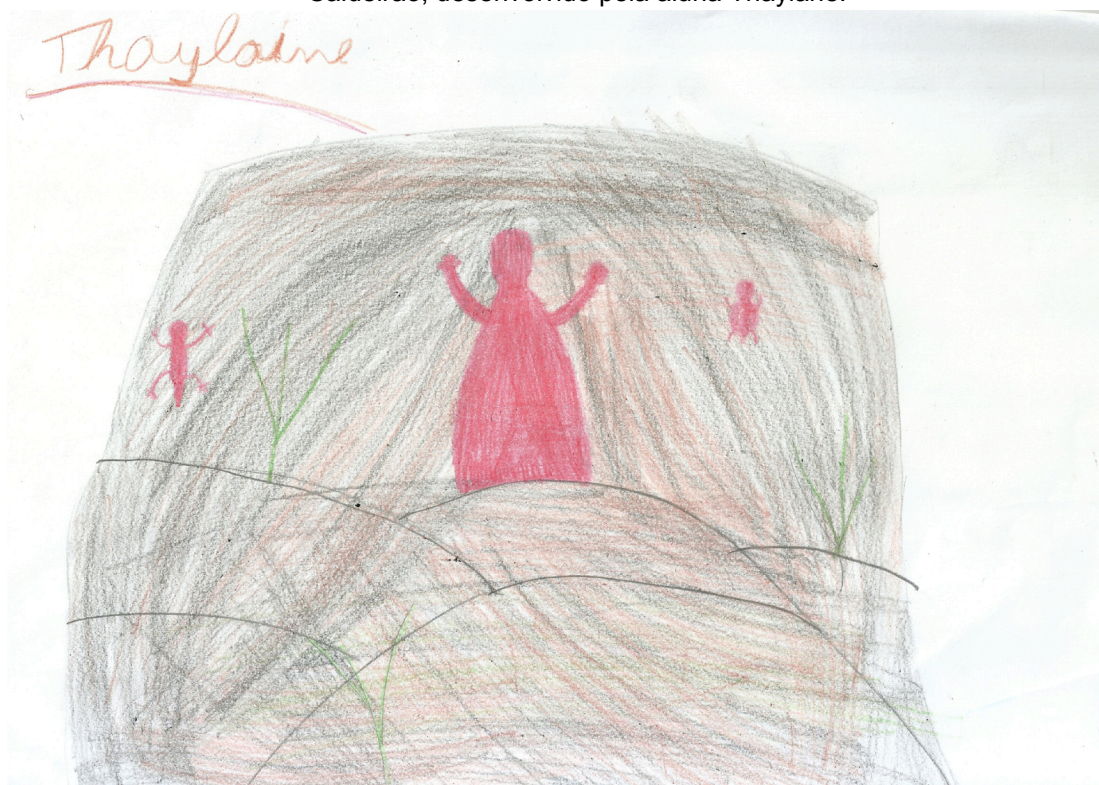


Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Durante a atividade do Quebra- Cabeça para reconstruir o “painel rupestre” com tinta guache, os alunos se dedicaram a resolvê-lo, evidenciando o sucesso dessa dinâmica. O interesse em desvendar as formas das figuras era evidente, despertando curiosidade sobre seus significados e propósitos, assim como interpretar os desenhos. Além disso, estavam ansiosos para ver o painel final completo.

Na atividade de desenho individual (figuras 42, 43, 44 e 45), os alunos foram convidados a representar, através de desenhos livres, o que conseguiram captar dos conteúdos apresentados. As representações mostraram influências dos diversos registros rupestres dos sítios arqueológicos cadastrados, além da formação rochosa conhecida como Serra do Caldeirão e outras características paisagísticas. Isso demonstra a assimilação e apropriação dos conhecimentos fornecidos.

Figura 42: Desenho representando o registro rupestre de um Antropomorfo do sítio Loba do Caldeirão, desenvolvido pela aluna Thaylane.



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Figura 43: Desenho representando um registro rupestre de um Veado-galheiro (*Odocoileus virginianus*), desenvolvido pelo aluno Dario Vieira de Souza.

Dario Vieira de Souza



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

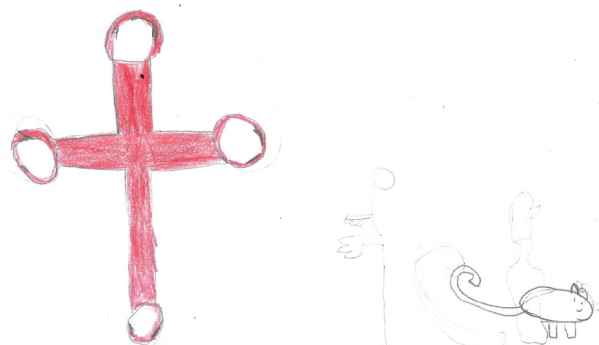
Figura 44: Desenho ilustrativo de um antropomorfo, um quelônio, e da paisagem natural da entrada do sítio Loca do Caldeirão, desenvolvido pelo aluno Thienrry.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Figura 45: Desenho ilustrativo de um registro rupestre (não identificado), e fauna local, desenvolvido pela aluna Mylena Vitória Ramos de Andrade.

Mylena Vitória Ramos de Andrade



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023.

Durante a realização do trabalho, foi possível observar a boa relação que a comunidade de Boquira (BA) mantém com seu patrimônio, percebendo-o como parte integrante do cotidiano local. As práticas educativas realizadas serviram como uma ferramenta poderosa para fortalecer a identidade cultural e aumentar a autoestima da comunidade, em que através das atividades e diálogos, foi ressaltada a importância nacional do patrimônio cultural e arqueológico presente na região de Boquira.

## 6. CONSIDERAÇÃO FINAL

O trabalho “Relato de Experiência em Educação Patrimonial na Serra do Espinhaço Setentrional, Boquira (BA)” teve como finalidade abordar a Educação Patrimonial (EP) na Escola Municipal Olavo Figueiredo Costa, município de Boquira BA. Baseado no projeto de extensão “Educação Patrimonial e Ambiental na Serra do Espinhaço Setentrional - Boquira BA”, realizado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VIII, este trabalho apresentou os dados coletados durante a prática extensionista. A presente pesquisa divulgou informações sobre as atividades ocorridas na comunidade da Serra do Caldeirão (BA), utilizando a EP como ferramenta para promover a valorização do patrimônio cultural e paisagístico local, unindo os conhecimentos acadêmicos com o dos moradores que vivem nos arredores dos sítios arqueológicos, sensibilizando-os para a preservação desse patrimônio, o que trouxe bons resultados, pois a realização das atividades práticas foram bem acolhidas pelos estudantes e professores, que estavam dispostos a contribuir com o que fosse necessário.

Através deste trabalho foi possível verificar a abrangência da temática da Educação Patrimonial, desde sua atuação e obrigatoriedade nos espaços escolares, assim como sua presença na Arqueologia e surgimento em museus, que nestes cenários procuram ampliar as perspectivas de grupos coletivos na preservação e valorização dos bens patrimoniais pertencentes à comunidade.

Na presente pesquisa foi possível expor por meio do levantamento bibliográfico os processos e discussões que vêm sendo realizados acerca da preservação do patrimônio cultural material/ imaterial histórico e arqueológico, analisar currículos escolares e observar quais seus desafios, assim como apresentar os resultados da pesquisa realizada dentro do projeto de extensão.

Uma vez que houve a oportunidade da realização da EP por meio do projeto de extensão “Educação Patrimonial e Ambiental na Serra do Espinhaço Setentrional, Boquira BA” o trabalho realizado pode gerar impactos positivos para uma melhor relação com o patrimônio cultural arqueológico e histórico da região, ocasionando na preservação destes bens e um aumento de auto-percepção enquanto sujeitos ativos e formadores de cultura.

Ao longo do projeto foi possível perceber que um dos problemas ao realizar a EP dentro dos espaços escolares é o agendamento das datas para realização, por

causa da grade curricular que deve ser mantida em dia. Contudo, a diretora conseguiu ajustar o calendário escolar e inserir as atividades extracurriculares.

A metodologia empregada, que incluiu visitas ao sítio arqueológico, a criação de jogos didáticos, oficinas e palestras direcionadas ao público-alvo considerando suas idades, funcionou bem, especialmente levando em conta que havia crianças de 4 a 12 anos, e a maior limitação que ocorreu foi a barreira geográfica, onde tivemos que nos planejar muito bem para que não faltasse nada nos dias das ações educativas.

Cogitando que o trabalho ocorreu em curto prazo, foi importante planejar com antecedência as atividades de campo, considerando as barreiras geográficas e logísticas. Isso incluiu garantir o transporte adequado e os materiais necessários para as dinâmicas.

Outro ponto importante é prosseguir com uma abordagem contínua de sensibilização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural, viabilizando ações educativas regulares e atividades de engajamento comunitário em que refletindo sobre a continuidade das atividades no ambiente escolar, foram deixados todo o material didático desenvolvido para a EP, para serem utilizados no futuro.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Cristiane Eugênia. **Educação Patrimonial para arqueólogos: repensando práticas e criando novos caminhos.** Rev. Arqueologia Pública, Campinas/SP, v.10 n.3 p.22-36 out. 2016 ISSN 2237-8294.

BARCELOS, Artur. **Educação Patrimonial na Arqueologia.** Mundo de Papel, 26/03/2021. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=RJwWlfrCQMk>

BEZERRA, Márcia. SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. **Educação Patrimonial: Perspectivas e Dilemas.** Rede Paulista de Educação Patrimonial, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5040, de 07 de abril de 2004.** Diário Oficial da União, Seção 1 - 8/4/2004.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Educação Patrimonial e Arqueologia: alguns aspectos desta interface.** Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil. Amazôn., Rev. Antropol. (Online) 6 (2): 442-458, 2014.

CARBONERA, Mirian et al. **O patrimônio arqueológico em diálogo com a educação básica: projetos educativos do CEOM/UNOCHAPECÓ no Oeste Catarinense.** In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; SANTOS, Marcos César Pereira (Org.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: educação contextualizada – Arqueologia diversidade (volume III). Criciúma: UNESCO, 2018. Cap. 5.

CARVALHO, Karoliny Diniz. **Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do patrimônio cultural.** Revista Turismo & Sociedade, Curitiba, v. 3, n.1, p. 51-67, abril de 2010.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. **Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.** Rev. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 91-109, 2005.

FLORENCIO, Sônia Rampim. **Política de Educação Patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas.** Rev. CPC, São Paulo, n.27 especial, p.55-89, jan./jul. 2019.

FERNANDES, Tatiane. **Vamos criar um sentimento?Um olhar sobre Arqueologia Pública no Brasil.** 2005. 117f. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE) - USP, São Paulo, 2007.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. POSSAMAI, Zita Rosane. **Educação Patrimonial: percursos, concepções e apropriações.** Editora Unissale, MOUSEION (ISSN 1981-7207), Canoas, N. 19, dezembro de 2014.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. **Sobre o conceito de cultura na Antropologia.** Cadernos de Estudos Sociais, v. 25, n. 1, 2010.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HOSTENSKY, Ilka Lima. **Educação Patrimonial, Diversidade e Meio Ambiente.** Secretaria de Educação/ IPHAN/ MINC/ Governo Federal - Brasil. 2022.

HORTA, Maria de L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IBGE (a) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Boquira (BA). In: IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/boquira/panorama> Acesso em: 30 out 2024.

IPHAN. **Educação Patrimonial: históricos, conceitos e processos.** MinC, 2015.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial.** 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. MinC. Ministério da Cultura. MEC. Ministério da Educação. **Educação Patrimonial: Programa Mais Educação.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10290-mais-educacao-web-14-02-2012-pdf&category\\_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10290-mais-educacao-web-14-02-2012-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192)

MACHADO, Gilmara de Cássia. DIAS, Reinaldo. **Patrimônio Cultural e Turismo: Educação, Transformação e Desenvolvimento Local.** Revista Patrimônio: Lazer & Turismo, v.6, n.8, out.-nov.-dez./2009, p.1-11.

MALTÊZ, Camila Rodrigues. SOBRINHO, Cristiane Paula Corrêa. BITTENCOURT, Daphne Lorene Alves. MIRANDA, Kelly dos Reis. MARTINS, Lilian Nascimento. **Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural.** Pedagogia em ação, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010 - Semestral.

MELLO, Sabrina Alves. CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de. **Memória, identidade e patrimônio arqueológico: um estudo sobre as lembranças dos velhos da Vila do Catimbau, Buíque- PE.** Rev. Arqueologia Pública. Campinas, SP v.10 n.3 p.37-54 OUT. 2016, ISSN 2237- 8294.

NOVAES, Luciana de Castro Nunes. **Por uma educação patrimonial das relações étnico-raciais.** Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 118–138, 2022. DOI: 10.24885/sab.v35i1.943.

OLIVEIRA, Fátima Cristina da Silva; MARQUES, Juracy; BOMFIM, Luciano. **Ecologia das águas e das almas de Boquira: dilemas Socioambientais no sertão baiano.** SABEH. 2017.

OLIVEIRA, Fátima C. S. **Programa de Pesquisas Arqueológicas Espinhaço Setentrional.** 2018.

OLIVEIRA, Fátima Cristina da Silva; SANTOS, Jeferson Oliveira dos; MARIANO, Manuela Bezerra. **Educação Patrimonial e Ambiental na Serra do Espinhaço**

**Setentrional - Boquira (BA).** Universidade do Estado da Bahia - Campus VIII. Monitoria de Extensão/SISPROEX, Paulo Afonso, Bahia, 2023.

PESTANA, Marlon Borges. FONSECA, Éder Ribeiro. FUNK, Tanja Raquel. **Artigo livre. As quatro pedras de Xangô: Educação Patrimonial dos quilombos agroecológicos de São Lourenço do Sul, RS.** Tessituras, ISSN 2318-9576; Rev. de Antropologia e Arqueologia, Pelotas/RS, 2022.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. **Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial.** Faces da História, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 7–29, 2017. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/402>. Acesso em: 10 maio. 2024.

SALADINO, Alejandra. **IPHAN, Arqueólogos e Patrimônio Arqueológico Brasileiro: um breve panorama.** Revista de Arqueologia, v. 26, n°2 2013/ v.27 n°1 2014.

SUESS, Rodrigo Capelle. FREITAS, Vanessa Nascimento. **“Educação Patrimonial: currículo, conceitos e temas”.** Secretaria de Educação/ IPHAN/ MINC/ Governo Federal - Brasil. 2022.

SEI, Publicações. **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia.** Salvador, BA - Volume 1, 2015. Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil\\_dos\\_territorios/territorio\\_identidade\\_vol01.pdf](https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/territorio_identidade_vol01.pdf). Acesso em 30 out 2024.

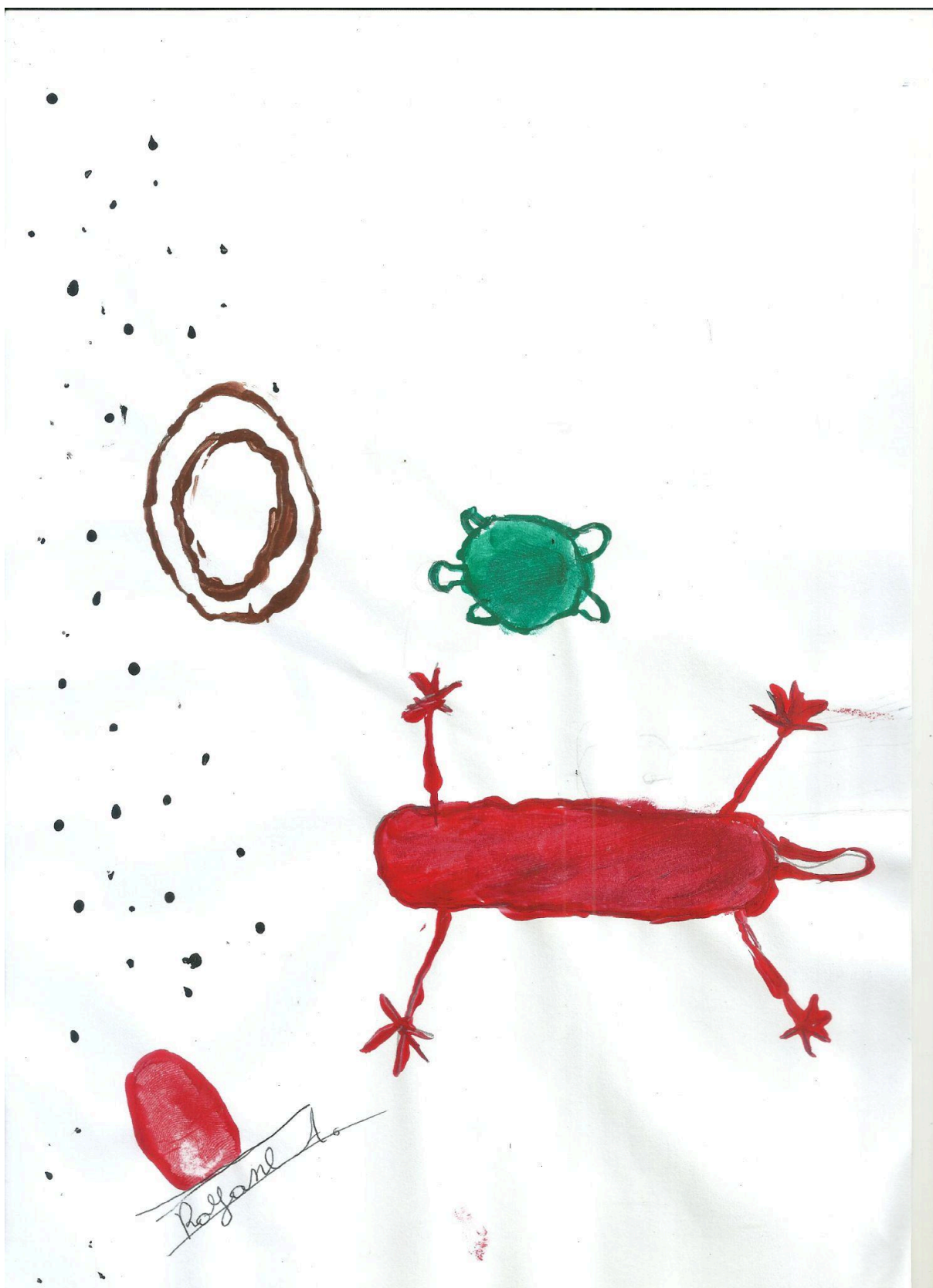
TOLENTINO, Átila. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática.** Caderno temático 5, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/manue/Downloads/O\_que\_nao\_e\_educacao\_patrimonial\_cinco\_f.pdf acesso em 30/03/2024

# ANEXOS

## Anexo A – Thallese



Anexo B – Rayane



## Anexo C – Thallese



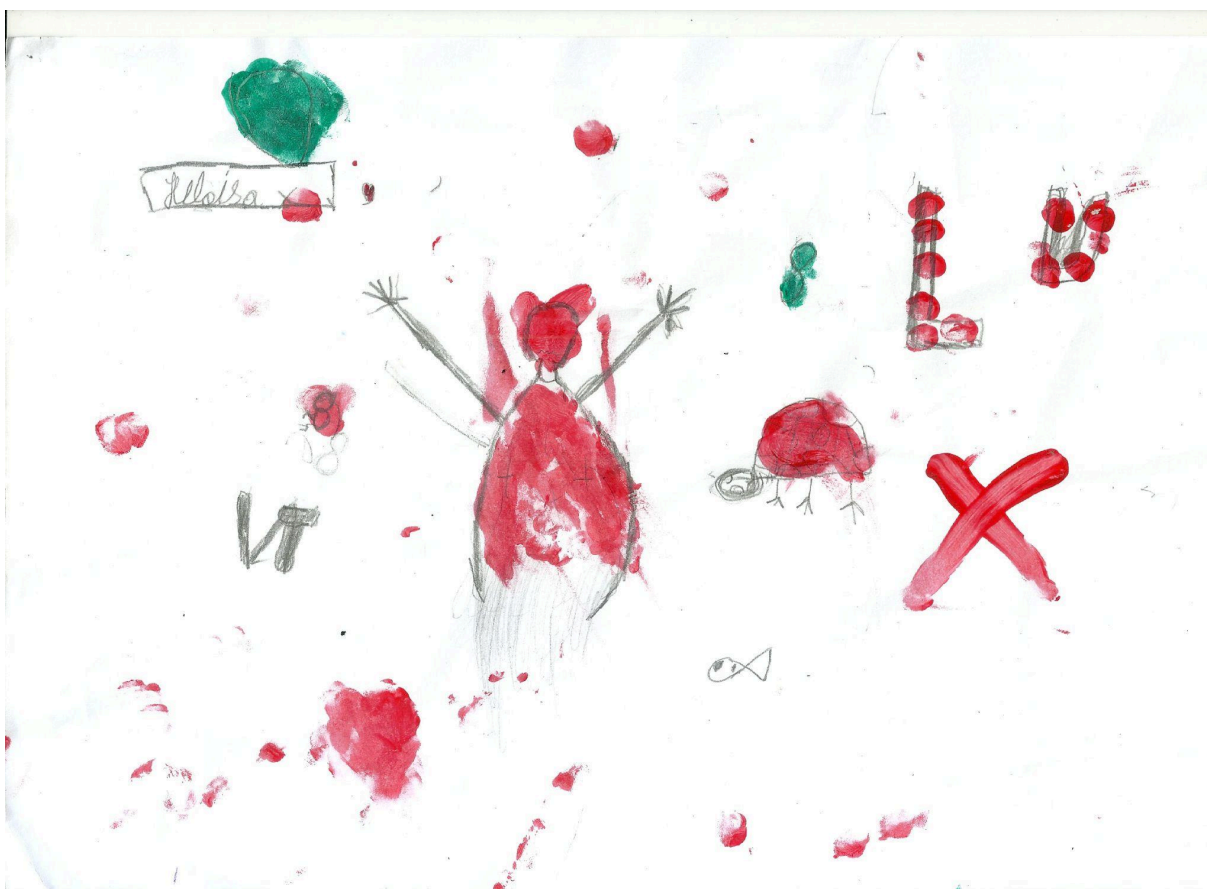
Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo D – C. Kate Silva Souza



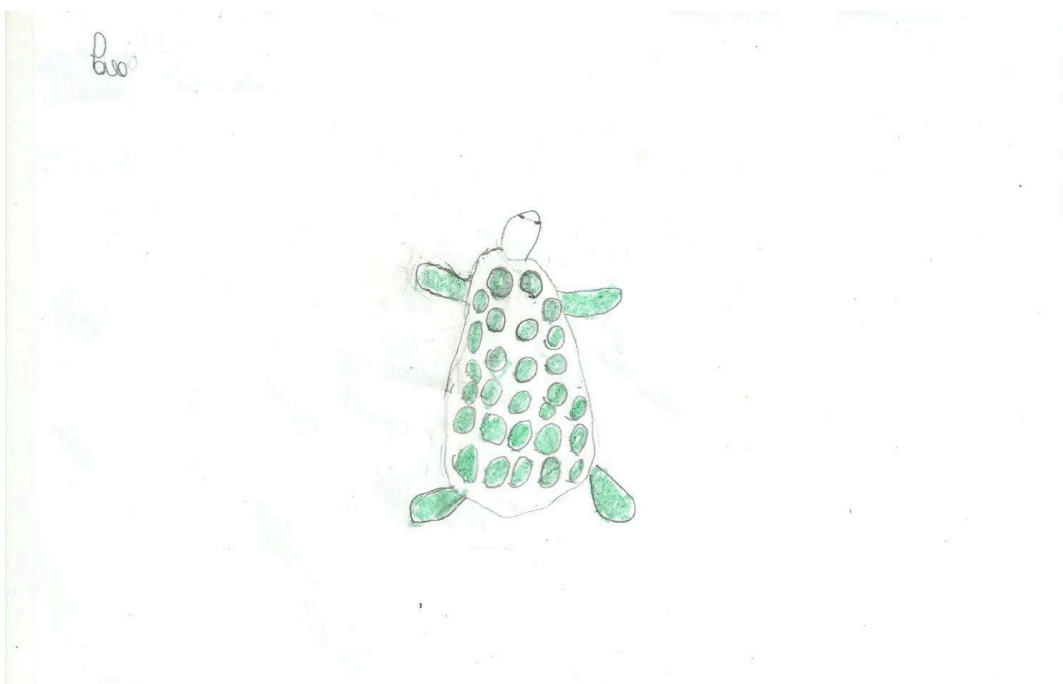
Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo E – Eloisa



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo F – Leo



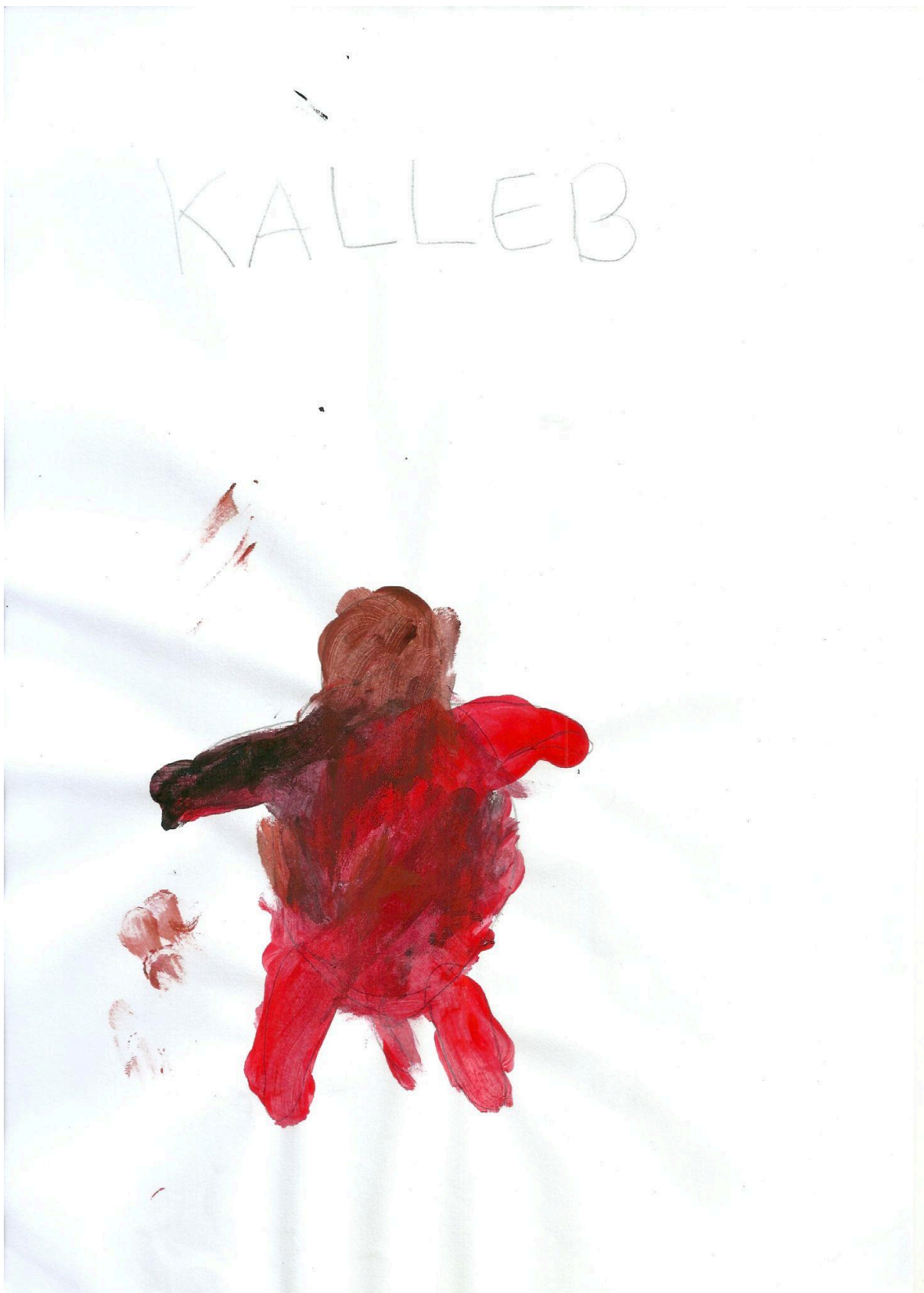
Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023



Anexo H – Ynarra Lorrany da Paixão de Oliveira



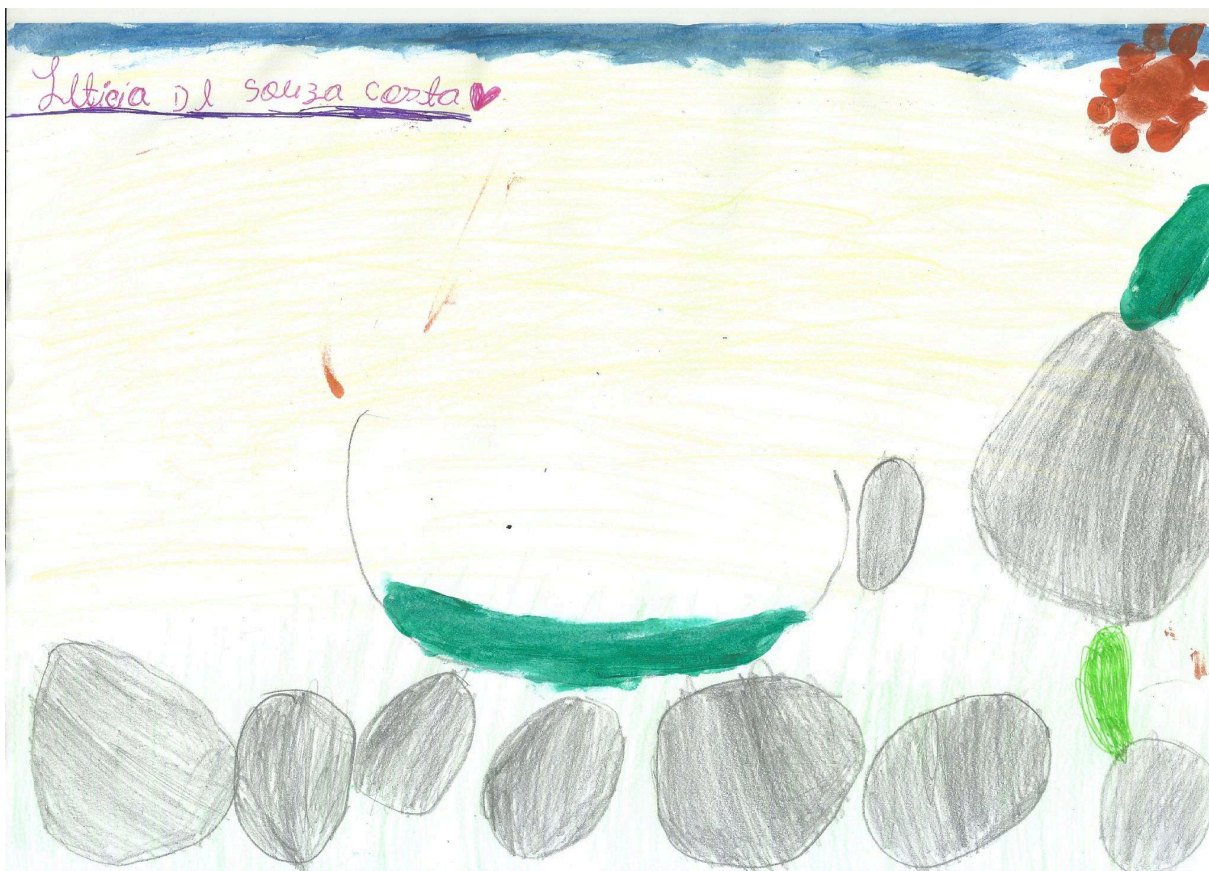
## Anexo I – Kalleb



## Anexo J – Pérola Maria Santos Silva



## Anexo K – Leticia de Souza Costa



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

Anexo L – Lorenzo



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo M – Árvore

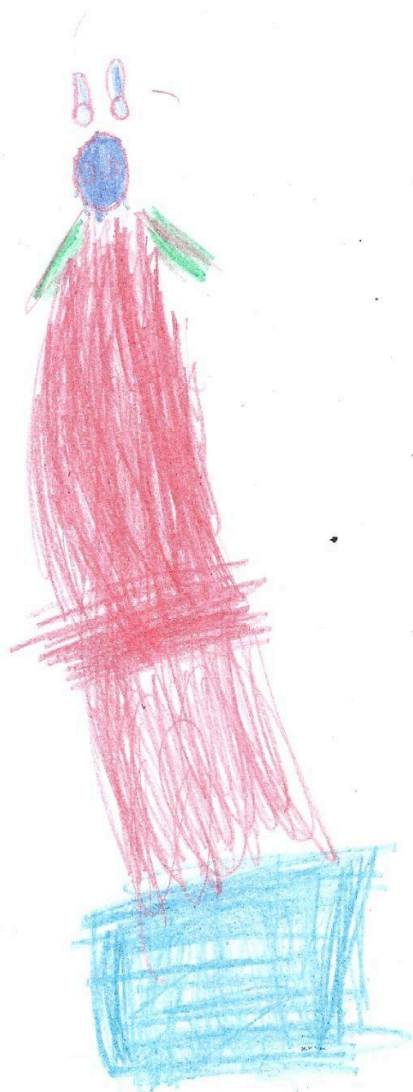


Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo N – Wallace Sousa Nascimento

Wallace

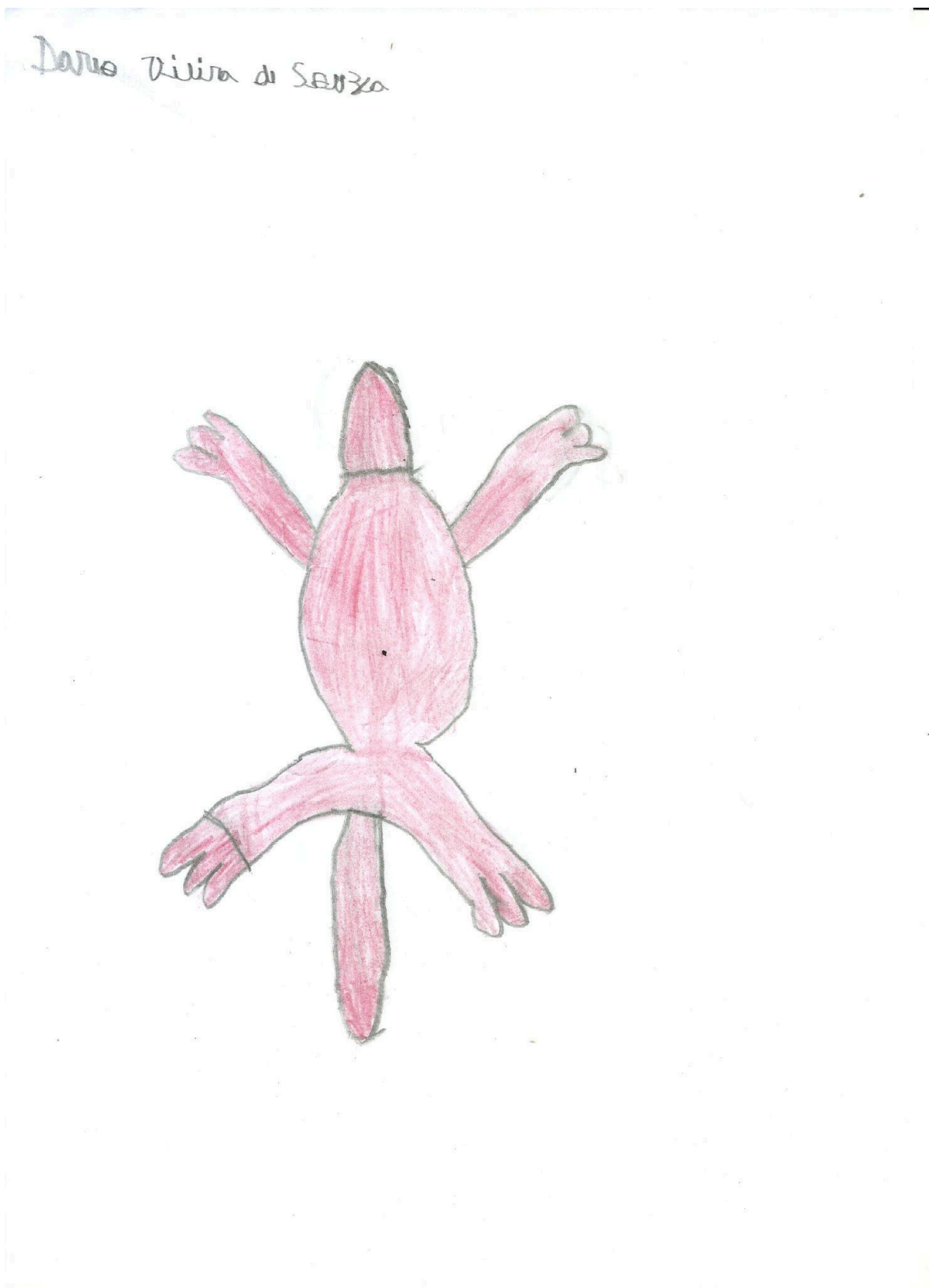
Sousa NASCIMENTO



Anexo O – Lara Nascimento



## Anexo P – Dario Vieira de Souza



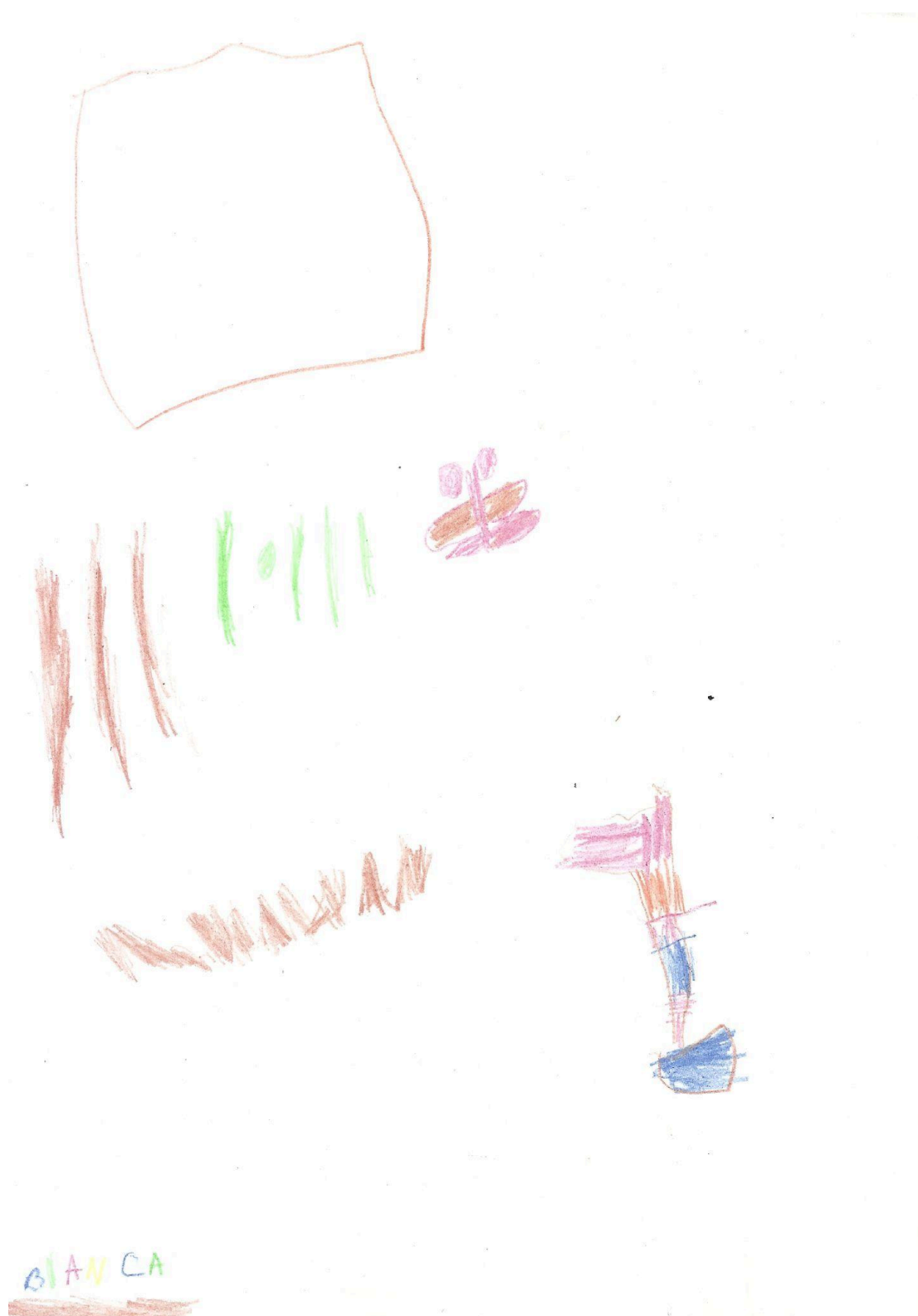
Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo Q – Helóia Chistine



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

Anexo R – Bianca



## Anexo S – Emanuella



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo T – Marcelino



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

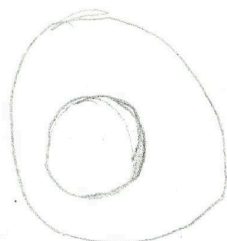
## Anexo U – Levi Rick



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo V – Jean Souza Nascimento

JEAN SOUZA NASCIMENTO



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo W – Isabel Cristina Reis Santos de Jesus



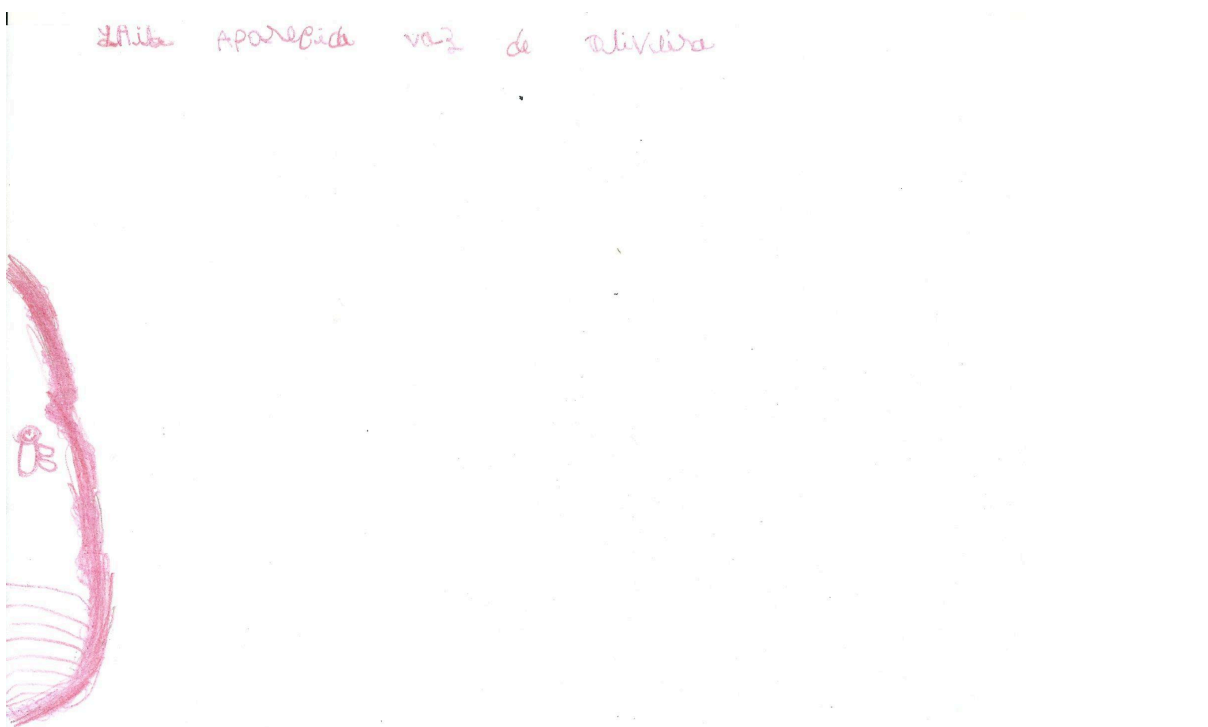
Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

Anexo X – Pedro



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

Anexo Y – Laila Aparecida Vaz de Oliveira



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo Z – Aryel Pablo Jesus de Souza



Anexo Z – Melyna Aparecida



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

Anexo AA – Tiago Emanuel Santos de Jesus

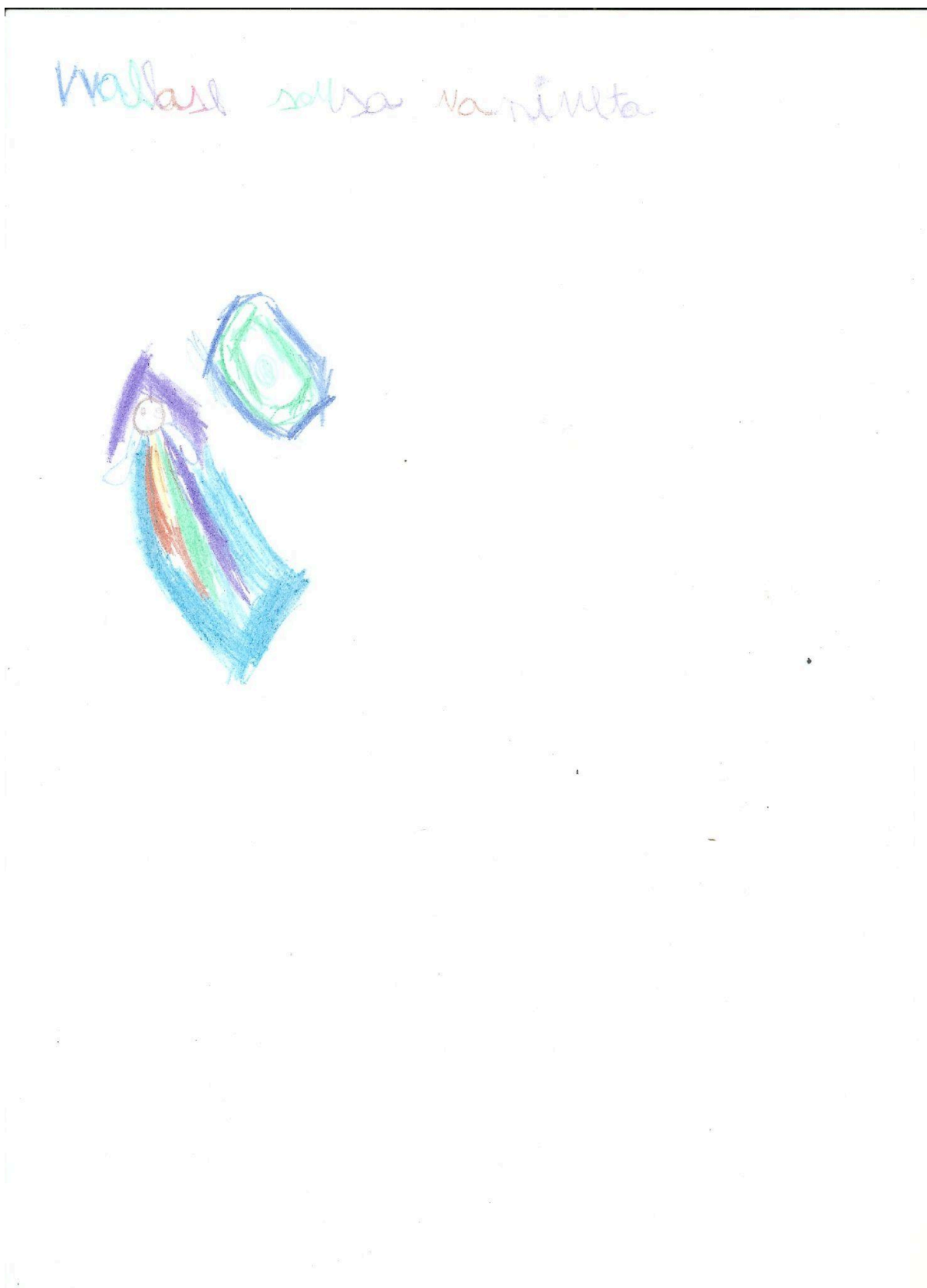


Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo AB – Joice Raiane



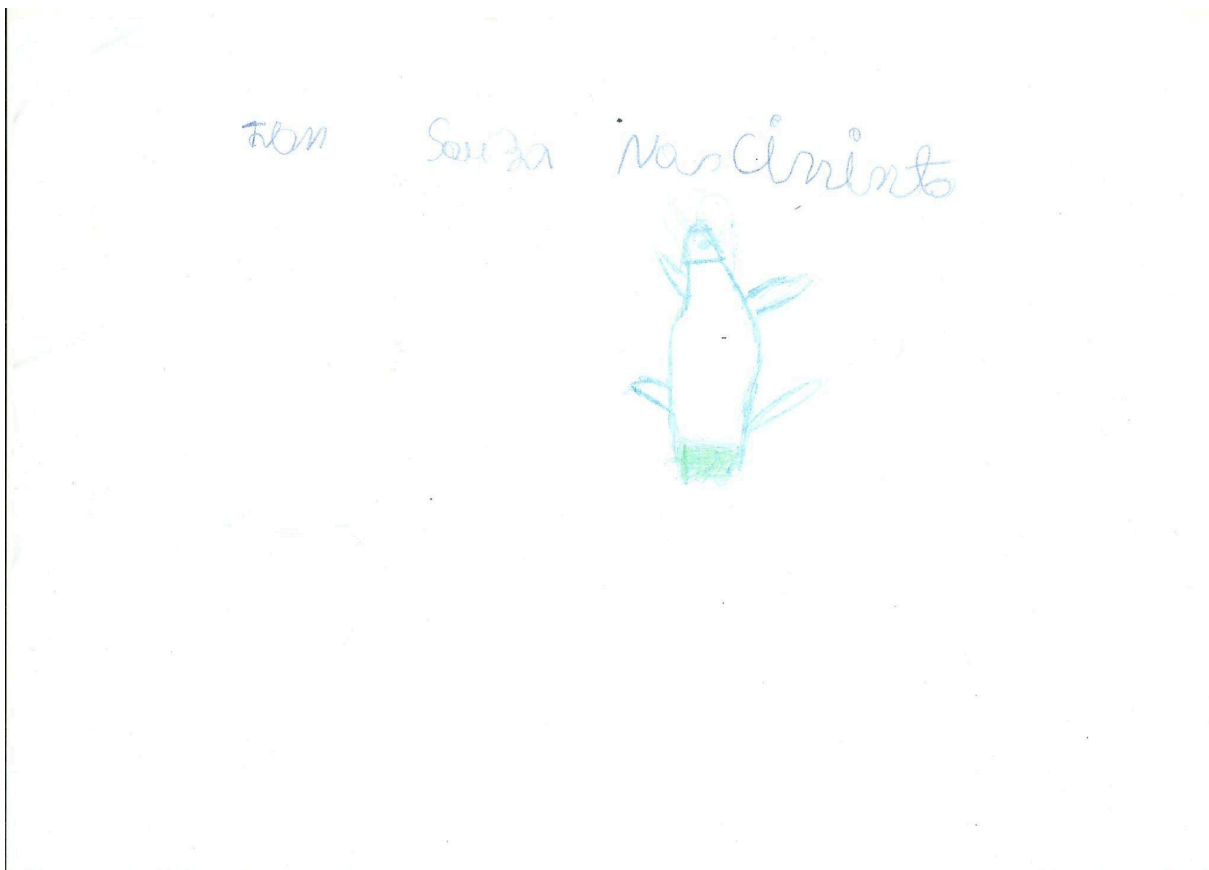
## Anexo AC – Wallase Sousa Nascimento



## Anexo AD – Izabel Cristina dos Santos de Jesus



## Anexo AE – Jean Souza Nascimento



Fonte: OLIVEIRA; SANTOS & MARIANO, 2023

## Anexo AF – João Vitor

